

# **PLANO DE ACÇÃO REGIONAL - ALENTEJO 2020**

**Documento de Referência para a sua Elaboração**

## INDICE

### Introdução

1. Principais conclusões da Avaliação Intercalar do INALENTEJO (Relatório pré-final), como “lições de experiência” para o novo ciclo de programação	5
2. Enquadramento nacional e comunitário para o novo ciclo	6
3. Diagnóstico prospetivo regional	9
3.1. Constrangimentos e debilidades estruturais	10
3.1.1. Sistema urbano e de suporte à coesão territorial	11
3.1.2. Demografia, equidade territorial e inclusão social	11
3.1.3. Territórios de baixa densidade	13
3.1.4. Defice de qualificações escolares e profissionais	13
3.1.5. Debilidades da competitividade do tecido empresarial	14
3.1.6. Mobilidade inter-regional e conectividade externa	14
3.1.7. Fragilidades do mercado de trabalho	16
3.1.8. Baixa penetração das TIC em sectores chave	16
3.2. Visão Estratégica	16
3.3. Opções para superar constrangimentos e potenciar oportunidades	17
3.3.1. Pacto para a qualificação e o emprego	18
3.3.2. Promoção de iniciativa empresarial	19
3.3.3. Competitividade do complexo agroalimentar e florestal	20
3.3.4. Competitividade do complexo de actividades do turismo e do lazer	21
3.3.5. Actividades emergentes e em consolidação	21
3.3.6. Estruturação e consolidação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia	22
3.3.7. Economia do Mar	23
3.3.8. Logística regional	24
3.3.9. Importância estratégica do 3º sector	24
3.3.10. Qualificação do sistema urbano regional	25
3.3.11. Qualificação da mobilidade/acessibilidade regional	25
3.3.12. Fortalecer a baixa densidade	26
3.3.13. Valorização das redes de cooperação territorial	27
3.4. Visão de síntese	27
4. Desenvolvimentos metodológicos para a elaboração do “Plano de Acção Regional - Alentejo 2020”	28

**ANEXOS**

- Quadro 1 – Alentejo – Indicadores Socioeconómicos
- Quadro 2 - Indicadores Socioeconómicos – Economia - Portugal, Alentejo e NUT III
- Quadro 3 – Indicadores Socioeconómicos – População – Portugal, Alentejo e NUT III
- Quadro 4 – Indicadores Socioeconómicos – Acção Social – Portugal, Alentejo e NUT III
- Quadro 5 – Empresas, 2010
- Quadro 6 – Comércio Internacional, 2011
- Mapa 1 – Alentejo - Lugares com mais de 500 habitantes - Variação populacional 2001-2011
- Gráfico 1 – Variação da População Residente, por NUT II, entre 2001 e 2011
- Gráfico 2 – Idade Média da População Residente, por NUT II, 2001 e 2011
- Gráfico 3 – Índice de Envelhecimento, por NUT II, 2001 e 2011
- Gráfico 4 – Taxa de Emprego das Pessoas com 20-64 anos, Por NUT II, 2008 e 2011
- Gráfico 5 – Taxa de Abandono Escolar Precoce, por NUT II, 2005 e 2010
- Gráfico 6 – Taxa de Abandono Precoce de Educação e Formação, por NUT II, 2005 e 2011
- Gráfico 7 – PIB per capita, por NUT II, 2000-2010
- Quadro 7 – Famílias com acesso a computador, Internet e banda larga, por NUT II, 2012
- Mapa 2 – Alentejo – Sistemas Mediterrânicos com Elevada Sustentabilidade Económica e Ambiental
- Gráfico 8 – Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas, por NUT II, 2010

**Documentos de referência** - site CCDR - <http://webb.ccdr-a.gov.pt/> - **Alentejo 2020**

Propostas de Regulamentos

Objectivos temáticos, prioridades de investimento e condicionalidades ex-ante  
Resolução do Conselho de Ministros nº 98/2012

Outras orientações de âmbito nacional, regional e local

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (2007)
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2007)
- Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (2001)
- Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos (2012)
- Plano Sectorial para a Rede Natura (2000)
- Plano Nacional da Água (2002)
- Estratégia Nacional para o Mar (2006)
- Estratégia Nacional para as Florestas (2006)
- Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007) (em revisão)
- Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015 (2012)
- Programa Operacional Regional do Alentejo / Alentejo 2015
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (2010)
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (2009)
- Programas Territoriais de Desenvolvimento/CIMs (2008) (em revisão)
- Planos Directores Municipais

## INTRODUÇÃO

Portugal vai iniciar mais um ciclo de programação de fundos comunitários, num contexto económico e financeiro difícil, para o que os recursos financeiros serão um elemento essencial para a dinamização e o apoio ao desenvolvimento económico, social e territorial do País. Neste contexto, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo foi incumbida pelo Governo de preparar regionalmente (NUT II) este importante processo, para o que conta com a colaboração e parceria dos actores regionais representativos das diferentes dimensões (económica, social, ambiental, política e administrativa) que a estratégia de desenvolvimento regional, a programação e a operacionalização dos seus instrumentos de execução carecem. Só uma estratégia de desenvolvimento territorial e um plano de acção participados e apropriados pelos seus agentes mais representativos podem ter sucesso em termos dos resultados que todos ambicionamos para o Alentejo, nomeadamente em termos de crescimento, de qualificação do capital humano e do emprego.

Com a elaboração do Plano de Acção Regional – Alentejo 2020 visa-se um conjunto alargado de objectivos, de onde se destacam os seguintes:

- Diagnosticar e debater a situação económica e social do Alentejo (NUT II)
- Divulgar e integrar informação sobre a Estratégia EUROPA 2020 e o Quadro Estratégico Comum da União Europeia
- Promover a análise dos aspectos positivos e negativos da aplicação dos fundos comunitários no actual ciclo de programação (2007/2013)
- Assegurar a participação das entidades territoriais (CIMs e Municípios) bem como de outros parceiros regionais, sobre as prioridades de desenvolvimento e os desafios económicos, sociais, ambientais e territoriais com que a região se confronta
- Definir uma estratégia e um quadro regulamentar e institucional capaz de assegurar uma eficaz e eficiente aplicação dos fundos comunitários

Para a dinamização, elaboração de conteúdos e acompanhamento deste processo constituímos internamente um Grupo de Trabalho, presidido pelo Presidente da Comissão e que integra o Director de Serviços de Desenvolvimento Regional, a Directora de Serviços de Ordenamento do Território, o Chefe de Divisão de Prospectiva e Planeamento Regional e os 2 Vogais Executivos do INALENTEJO.

A articulação com os parceiros regionais iniciou-se em Novembro pp mediante um conjunto de reuniões de trabalho com entidades regionalmente relevantes, designadamente as 5 Comunidades Intermunicipais, as entidades do sistema científico e tecnológico regional, entidades representativas do tecido económico e social e responsáveis sectoriais dos serviços regionais, podendo registar-se com agrado e reconhecimento os 38 contributos entretanto recebidos.

O Conselho Regional é o órgão consultivo da CCDR representativo dos vários interesses e entidades relevantes para o desenvolvimento económico e social do Alentejo, integrando ainda os serviços regionais com responsabilidades sectoriais, pelo que a sua audição/participação activa alargada aos membros do Conselho de Coordenação Intersectorial é essencial na “construção” do Plano de Acção Regional – Alentejo 2020.

Para o efeito, preparou-se o presente documento que visa fundamentalmente três objectivos:

- Apresentar as principais conclusões da avaliação intercalar do INALENTEJO, como “lições de experiência” para o futuro

- Apresentar uma primeira abordagem do “estado” da região, das suas potencialidades e das suas opções estratégicas de desenvolvimento
- Apresentar a metodologia que se preconiza para a elaboração do Plano de Acção Regional – Alentejo 2020

### 1. PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO (RELATÓRIO PRÉ-FINAL), COMO “LIÇÕES DE EXPERIÊNCIA” PARA O NOVO CICLO DE PROGRAMAÇÃO

A avaliação intercalar foi efectuada pelo IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos, na sequência de um processo de concurso para o efeito, decorreu no ultimo trimestre de 2012, teve como base informativa a situação do programa a 30/6/2012 e como objectivo central *“Disponibilizar informação e conhecimento relevantes e inovadores sobre as dimensões realização, resultados e impactos das intervenções do INALENTEJO”*.

Os níveis de compromisso e de execução do INALENTEJO àquela data (84% e 31% respectivamente), aliados à circunstância de a realização da avaliação intercalar ocorrer a cerca de um ano do fecho do período de vigência formal do Programa, delimitam/condicionam as suas conclusões. No entanto, face a uma taxa de compromisso já muito significativa, foi formulado um conjunto de conclusões, que pela sua relevância para o novo ciclo de programação, se tem como oportuno a sua inclusão neste documento:

“...entre o 2.º Semestre de 2008 e o momento de realização da Avaliação Intercalar, no ciclo mais longo da sua vigência, o INALENTEJO tem vivido uma conjuntura prolongada desfavorável às dinâmicas de implementação e de concretização de importantes objectivos. O comportamento regional das principais variáveis, da economia ao emprego, não tem favorecido uma trajectória de desempenho consentânea com a desejável mudança de ciclo da intervenção dos Fundos Estruturais que se pretendia para a Região.

Todavia, e face à concretização de importantes objectivos de qualificação do território, entretanto consumada, seria desejável que qualquer margem de manobra das dotações financeiras disponíveis (ou a disponibilizar por eventuais desistências/cancelamento/rescisões de projectos) fosse encarada como uma oportunidade para retomar opções e prioridades estratégicas, nomeadamente em áreas de Intervenção do Eixo da Competitividade, Inovação e Conhecimento e procurando valorizar as apostas nas cadeias de valor estratégicas e sectores emergentes.”

**Conclusão (C1) - Sectores estratégicos regionais:** O Programa registou uma adesão positiva por parte das empresas da Região ao quadro de incentivos disponível. Contudo, como resultado da Avaliação, emerge uma desequilibrada adesão dos designados sectores estratégicos regionais que constituem uma parte significativa da base económica regional assentes na exploração de recursos produtivos regionais de qualidade, à excepção da fileira do Turismo que teve um comportamento muito relevante sendo a actividade económica mais beneficiada no quadro dos incentivos empresariais. Permanece por concretizar, no âmbito do Programa Regional, a dinamização dos sectores económicos tradicionais bem como a dinamização dos sectores económicos emergentes.

**Conclusão (C2) - Dinamização da procura:** As iniciativas de dinamização da procura dirigidas a públicos alvo específicos, nomeadamente, as iniciativas dirigidas às empresas – os *road shows* – registaram uma reacção e adesão positiva por parte dos agentes locais. Estas iniciativas foram importantes para a dinamização da procura e constituíram formas eficazes de esclarecimento e de aproximação do programa junto dos potenciais beneficiários e das respectivas estruturas associativas. Dadas as características do tecido empresarial regional, a ampliação e consolidação desta linha de acção pela Autoridade de Gestão, deve constituir uma opção relevante no sentido da dinamização activa da procura, da promoção de projectos individuais e colectivos e da dinamização de redes, nomeadamente, junto de sectores estratégicos.

**Conclusão (C3) - Âmbito supra municipal/intermunicipal dos projectos:** Apesar de constituir um objectivo do Programa Operacional, em linha com objectivos de orientação global do QREN, a orientação das iniciativas de investimento público (e privado) para intervenções em parceria e com um âmbito territorial alargado, não teve o sucesso esperado e desejado com persistência de uma lógica dominante de investimento com uma influência local e ainda muito assente em investimento em infra-estrutura física e equipamento.

**Conclusão (C4) - Mobilidade Territorial:** Concentração do investimento realizado na Mobilidade Territorial na componente da infra-estrutura rodoviária, sendo de registar a ausência de contributos para a qualificação e inovação dos serviços de transporte e para a articulação dos modos de transporte, questão sinalizada como um fragilidade da Região.

**Conclusão (C5) - Dinamização económica dos investimentos públicos:** Predomínio de operações com um âmbito, fundamentalmente, local e fraca capacidade para induzir dinâmicas de desenvolvimento económico de grande parte dos investimentos públicos, mesmo quando enquadrados em Programas / Planos de Acção.

**Conclusão (C6) - Planos de Acção:** Reduzida expressão e articulação estratégica das iniciativas de projectos e investimentos no âmbito das Estratégias de Eficiência Colectiva, e também no âmbito das Subvenções Globais, limitando a eficácia e eficiência destes instrumentos de política e contratualização.

**Conclusão (C7) - Coordenação:** Coordenação estratégica e operacional insatisfatória entre AG INALENTEJO, AG do COMPETE e Organismos Intermédios com vocação económica, para a atracção de projectos estruturantes de investimento privado com interesse regional.

**Conclusão (C8) - Diversificação da Base Económica Regional:** Resultados limitados no Objectivo de Diversificação, tanto no domínio da renovação dos sectores tradicionais, como na atracção de investimentos em sectores estratégicos emergentes.

**Conclusão (C9) - Iniciativas de base local:** Ausência de apoios, nos campos de intervenção dos Regulamentos Específicos do INALENTEJO, para procuras micro de base local (investimentos materiais e imateriais).

**Conclusão (C10) - Sustentabilidade:** Sustentabilidade problemática dos investimentos fortemente dependentes do financiamento público, num ciclo prolongado de constrangimentos orçamentais da parte da Administração Central e Local.

**Conclusão (C11) - Sistema de Indicadores:** Ausência de indicadores relevantes acerca do contributo das intervenções para os Objectivos do Programa para a Estratégia Regional.

## 2. ENQUADRAMENTO NACIONAL E COMUNITÁRIO PARA O NOVO CICLO

A reflexão estratégica que importa promover, neste contexto, deve ter como referenciais centrais, fundamentalmente a estratégia EUROPA 2020, as **propostas** de regulamentos da Comissão Europeia, as prioridades e metas da estratégia “Portugal 2020” definidas no Programa Nacional de Reformas e as orientações nacionais consubstanciadas na Resolução do Conselho de Ministros nº 98/2012 de 8 de Novembro.

De forma sintética, este conjunto de orientações visa assegurar melhores níveis de emprego, mais competitividade e mais coesão social, para o que as políticas públicas devem promover, em alinhamento com a **estratégia EUROPA 2020**: (i) **crescimento inteligente**, desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação; (ii) **crescimento sustentável**, mediante a promoção de uma economia competitiva mas de baixo carbono em termos de utilização de recursos; (iii) **crescimento inclusivo**, com

melhores taxas de emprego e que assegure a coesão social e territorial, o aumento das qualificações e o combate à pobreza.

A estas prioridades deve corresponder uma **concentração temática** a ser concretizada mediante a afectação dos fundos comunitários a 11 objectivos definidos, tanto para a União Europeia em geral, como para Portugal, como para o Alentejo:

1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
2. Melhorar o acesso, o uso e a qualidade das TIC
3. Reforçar a competitividade das PME e dos sectores agrícola, da pesca e da aquicultura
4. Apoiar a transição para uma economia de baixo carbono em todos os sectores
5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
7. Promover os transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas
8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza
10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
11. Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente

A implementação destas directrizes deve ainda ser concretizada mediante: (i) uma **programação estratégica integrada**, orientada para resultados, com mais estreita monitorização e que recompense os bons desempenhos; (ii) o **reforço da coesão territorial**, valorizando o papel das cidades e das comunidades locais em articulação com os desígnios de coesão económica e social; (iii) **reforço da parceria**, promovendo a participação dos agentes e dos cidadãos; (iv) **melhor coordenação** dos fundos quer na fase de programação, quer na fase de execução; (v) **simplificar a execução**.

**O Programa Nacional de Reformas (PNR)** aprovado pelo Governo, compromete Portugal perante a União Europeia com um conjunto de objectivos, de indicadores e de metas que visam o alinhamento do País com a estratégia EUROPA 2020. É esse compromisso que aqui se reproduz, bem como o posicionamento do Alentejo face aos mesmos, de acordo com a informação regionalizada disponível.

## Estratégia Europa 2020 – Programa Nacional de Reformas

Objectivos	Indicadores	Metas Europa 2020	Metas Nacionais PNR	Portugal Situação Actual	Alentejo Situação Actual	
Reforço da I&D e da Inovação	Investimento: % do PIB	3%	3%	1,59 %	0,46 (2010)	
				Sector público: 0,70%	0,01 (2010)	
				Sector privado: 0,89%	0,16 (2010)	
Mais e Melhor Educação	Taxa de abandono escolar precoce	10%	10%	23,2	26,8 (2011)	
	% de População com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos	40%	40%	33,7% (Censo 2011)	27,2 (Censo 2011)	
Clima / Energia	Redução de Emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE)	-20% (em comparação com os níveis de 1990)	+1% meta vinculativa nacional para sectores não CELE em relação a 2005	117% em 2010 (1990=100; emissões totais)		
	% Energias renováveis no consumo de energia final	20%	31%	25,7%		
	Aumento da eficácia energética	Aumento de 20%	Aumento de 20%	-23%		
Aumentar o Emprego	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	75%	75%	69,1%	69,6% (2011)	
Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais	Pessoas em risco de pobreza/exclusão social (1000 pessoas % do total da população) 115479 (23,4% do total) em 2010	20 milhões de pessoas	Pelo menos 200 000 pessoas	2693 (25,3% do total)	-	
	3 indicadores (unidade: 1000 pessoas e em % total da população):			1903 (17,9% do total)		
	- Risco de pobreza (pessoas que vivam com menos de 60% da mediana do rendimento nacional) (80018 (16,4% do total EU27 em 2010));					
	-Privação material (pessoas que tenham pelo menos 4 das 9 situações de privação definidas) (40096 (8,1% do total EU27 em 2010));					958 (9% do total)
	- Pessoas que vivam num agregado familiar sem emprego (indivíduos no grupo etário 0-59 anos que vivem em agregados onde ninguém trabalha em 20% dos indivíduos do mesmo grupo etário) (37377 (9,9% do total EU27 em 2010)).					700 (8,6% do total)

CELE - Comércio Europeu de Licenças de Emissão



A **Resolução do Conselho de Ministros RCM 98/2012** define os objetivos a prosseguir por Portugal com a utilização dos fundos estruturais no período 2014/2020, assim formulados:

- Estimulo à produção de bens e serviços transacionáveis e à internacionalização da economia, assegurando a reconversão estrutural da economia portuguesa através da dinamização da indústria e promovendo a ciência e a transferência dos seus resultados para o tecido produtivo
- Reforço do investimento na educação, incluindo a formação avançada, e na formação profissional orientada para a empregabilidade, desenvolvendo o sistema de formação dual e assegurando o cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e reduzindo os níveis de abandono escolar
- Reforço da integração social das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social, dinamizando medidas inovadoras de intervenção social e apoios diretos aos grupos populacionais mais desfavorecidos
- Prossecução de instrumentos de promoção da coesão e competitividade territoriais, particularmente nas cidades e nas zonas de baixa densidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente numa ótica de eficiência na utilização de recursos naturais
- Apoio ao programa de Reforma do Estado, assegurando que os fundos possam contribuir para a racionalização, modernização e capacitação institucional da Administração Pública e para a reorganização dos modelos de provisão de bens e serviços públicos

### 3. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO REGIONAL

A Região Alentejo parte para o novo período de programação 2014-2020 na sequência de um ciclo de investimento que contribuiu para reforçar alguns importantes activos do território, um reforço que deverá permitir um ajustamento mais dinâmico aos objetivos do Programa Nacional de Reformas, no enquadramento das prioridades da Estratégia Europa 2020. Os Objetivos temáticos de suporte à programação, em alinhamento com a Estratégia Europa 2020, constituem uma base de trabalho com virtualidades para proporcionar ao Alentejo uma renovação da base produtiva que lhe permita valorizar a excelência dos seus ativos ambientais, com recurso ao conhecimento e inovação e à qualificação e atração de potencial humano, argumentos geradores de iniciativa empreendedora e de valor acrescentado e potencial competitivo.

Esta base de trabalho deve estar presente e articular-se com a definição das perspectivas de intervenção regional em matéria de Especialização Inteligente (Estratégias RIS 3) as quais deverão enriquecer o processo e os conteúdos da programação dos Fundos Estruturais para a Região.

***Para o Alentejo os desígnios referenciados devem inspirar uma combinação virtuosa consubstanciada em 3 pilares estratégicos, enquanto elementos estruturantes do desenvolvimento da Região: (i) Atractividade económica; (ii) Identidade cultural e patrimonial; e (iii) Responsabilidade social e ambiental.***

A abordagem compreensiva dos constrangimentos estruturais e das necessidades de intervenção e de recursos das políticas públicas para os ultrapassar, aconselha a ter presente e enfatizar a importância para a Região de duas importantes variáveis de ajustamento:

- **Relevância da afirmação da Região face ao exterior no contexto da concretização da Estratégia de Desenvolvimento Regional** - carece de uma afetação de financiamentos que se situe para além da dotação FEDER normal do PO Regional e pressupõe a mobilização conjugada de recursos, via FSE e PO's FEADER e Fundo de Coesão, a afetar à dinamização de projetos estruturantes.
- **Articulação das políticas públicas sectoriais e horizontais no contexto regional** - desta articulação depende uma adequada exploração das potencialidades de integração de prioridades de investimento que dão corpo aos objetivos temáticos, bem como das oportunidades proporcionadas pela programação multifundos, mas tendo presente o grau de exigência daí resultante para a coordenação de intervenções dos diferentes parceiros (públicos e de interface).

### 3.1. CONSTRANGIMENTOS E DEBILIDADES ESTRUTURAIS

A identificação de estrangulamentos estruturais é construída procurando assegurar um alinhamento com os grandes domínios de intervenção das políticas públicas, com enquadramento nas prioridades da Estratégia Europa 2020 e também na matriz de Objetivos temáticos que dão ancoragem à programação:

- Recessão demográfica, refletindo uma tendência pesada de incapacidade de fixação/ atração de residentes e de envelhecimento acentuado, com implicações na dotação de serviços de apoio social e outros às populações mas, sobretudo, redução da massa crítica humana indispensável aos processos de desenvolvimento dos territórios do Alentejo
- Baixos índices de escolaridade e qualificação profissional dos ativos (empregados e desempregados) limitando a capacidade competitiva das empresas existentes e os argumentos competitivos da Região para a atração de novos investimentos
- Baixo desempenho de fatores críticos de competitividade empresarial (reduzida capacidade de inovação, contributos limitados da rede regional de produção e transferência de conhecimento e tecnologia, oferta de serviços e envolvente das áreas de acolhimento empresarial pouco atrativa para novos investimentos, ...)
- Mobilidade intra-regional e conectividade externa com lacunas importantes em dimensões de acessibilidade cruciais para a melhoria do posicionamento geo-estratégico da Região
- Reduzida eficácia das intervenções dos instrumentos da Política de Cidades em matéria de qualificação e (re)funcionalização de serviços e atividades âncora do Sistema Urbano Regional, nomeadamente em operações no domínio da dinamização económica
- Fragilidade do Mercado de trabalho, fruto da escassa dinâmica empregadora do tecido empresarial existente mas também de inadequações entre a oferta e a procura de qualificações e de um desinvestimento de empresas e ativos (empregados e desempregados) nas modalidades de aprendizagem ao longo da vida

- Baixa penetração das TIC, nomeadamente junto das empresas e da sociedade civil, refletindo uma conexão insatisfatória dos atores regionais e um sub-aproveitamento de investimentos e conhecimento existente na Região

### **3.1.1. SISTEMA URBANO E DE SUPORTE À COESÃO TERRITORIAL**

A dimensão territorial da Região e a distância que separa os Centros Urbanos Regionais (Évora, Beja, Portalegre, Elvas/Campo Maior e Sines/Santiago do Cacém/Stº André), bem como o seu carácter dominante de território de baixa densidade, remete a qualidade e intensidade das dinâmicas territoriais de proximidade em que os centros urbanos se integram, para as relações funcionais mais fortes – as relações interurbanas.

No Alentejo, a consolidação de um sistema urbano policêntrico de suporte à coesão territorial assenta num conjunto de **subsistemas urbanos regionais** e em eixos urbanos de proximidade sustentados em mobilidade, em parcerias de âmbito urbano-rural e/ou em cooperações estratégicas interurbanas. Neste âmbito, os Programas de Ação aprovados no quadro dos instrumentos da Política de Cidades (PRU e RUCI) mobilizaram importantes recursos de financiamento de suporte a uma sistematização dinâmica de perspectivas de intervenção estratégica e de intenções de investimento, na fase de preparação dos Programas de Ação e Política de Cidades (PRU e RUCI) que sustentaram as Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC).

No entanto, a concretização de objetivos acabou por ocorrer num contexto temporal particularmente adverso que condicionou a amplitude dos resultados esperados, sendo de destacar: (i) dificuldades de integração de recursos de financiamento resultantes da reduzida prioridade atribuída à concretização dos Programas de Ação; (ii) estrangulamentos orçamentais e outros de natureza administrativa que passaram a enquadrar o desempenho das atribuições de competências dos Municípios, com sérias implicações nas dinâmicas de realização de investimentos em domínios estruturantes das infraestruturas, equipamentos e de atuações mais inovadoras que vinham norteando a abertura das políticas públicas locais em direção a áreas de dinamização económico-empresarial; e (iii) municipalização acentuada das operações aprovadas, desvalorizando intervenções inter-urbanas, que deveriam constituir abordagens locativas em Programas de Acção de âmbito intermunicipal.

A Avaliação Intercalar do INALENTEJO sinalizou as seguintes evidências negativas:

- Contributo reduzido para o reforço do sistema urbano regional
- Fraco investimento na criação de novas funções/funções diferenciadoras e com potencial de atracção de actividades inovadoras
- Reduzido peso de projectos orientados para o reforço das funções económicas superiores e para a dinamização económica e criação de emprego
- Contributo reduzido para o reforço das redes urbanas supra-regionais, quer pela dispersão do investimento pelos centros de hierarquia urbana inferior, quer pela relevância estratégica dos projectos apoiados

### **3.1.2. DEMOGRAFIA, EQUIDADE TERRITORIAL E INCLUSÃO SOCIAL**

A **fragilização da base demográfica** prosseguiu, com os efetivos populacionais a regredirem (variação populacional entre 2001 e 2011: ALT -2.5%, PT 2%; diminuição de população nas NUTIII Alentejo Litoral (AL) -2.1%, Alto Alentejo (AA) -6.8%, Alentejo Central (AC) -3.9% e Baixo Alentejo

(BA) – 6.2% e crescimento na Lezíria do Tejo (LZ) 2.7%)) e a estrutura etária a ficar proporcionalmente mais envelhecida (idade média da população em 2011: ALT 44.6, PT 41.8). Este progressivo **envelhecimento demográfico** (índice de envelhecimento em 2001 e 2011: ALT 162.7 e 178; PT 102.2 e 127.8; AL 165 e 188.9, AA 195.8 e 215,4, AC 160.5 e 183.7, BA 175.9 e 188.8, LZ 139.8 e 150.4) tem implicações na **rede de equipamentos de apoio social**, com os lugares disponíveis em lares de idosos a revelarem-se manifestamente insuficientes para satisfazer uma procura em contínuo crescimento, sendo indispensável implementar novas modalidades de enquadramento para o apoio à 3ª idade, p.e., abrangendo componentes de apoio ao envelhecimento ativo. A rede de equipamentos sociais apresenta também necessidades, em particular, nos serviços prestados à infância e nas áreas da deficiência e da doença mental, com claras insuficiências na oferta de serviços.

As práticas organizativas e gestionárias em grande parte das instituições ainda são muito incipientes, devido às especificidades e características dos apoios no domínio social, existindo ainda outros constrangimentos: “concorrência” entre instituições, situações de alguma insustentabilidade económica em manter abertas algumas valências sociais importantes e carência de formação profissional em algumas áreas específicas.

Os baixos índices de juventude (índice de juventude em 2011: ALT 56.2, PT 78.2; AL 52.9, AA 46.4, AC 54.4, BA 53, LZ 66.5 ) e a migração de ativos para o litoral e estrangeiro, debilitam o potencial demográfico regional em resposta às necessidades do tecido empresarial e de dinamização de oportunidades de desenvolvimento, tendências que exigem atuações decididas das políticas públicas orientadas para a atração de residentes.

Em termos de estrutura de povoamento, o Alentejo apresenta uma percentagem significativa de **população isolada** e a viver em aglomerados entre 500 e 3.000 habitantes, elementos determinantes na organização do território enquanto componentes dos sub-sistemas urbanos.

Esta realidade tem vindo a criar constrangimentos para garantir uma equidade territorial no acesso a bens, serviços e equipamentos, sobretudo para a população mais fragilizada e em risco de pobreza ou de exclusão social. Não obstante o reforço de investimento ao longo da última década, a **equidade territorial** nos serviços e cuidados de saúde primários, apresenta **problemas de acessibilidade e de mobilidade**, sobretudo **nos territórios de baixa densidade**.

A ruralidade e qualidade paisagística e ambiental da Região poderão vir a sofrer grandes transformações por via da conversão da actual actividade agrícola e florestal em agricultura/outras iniciativas de carácter empresarial, com ciclos de vida dos produtos não coincidentes com os ciclos naturais.

Em matéria de exclusão, cerca de um terço dos concelhos do Alentejo encontra-se numa situação que os associa a “Territórios envelhecidos e desertificados”<sup>1</sup>, tal como 20% do total dos do País (4,9% da população de Portugal Continental). Trata-se de espaços rurais com todas as características associados aos processos de desenvolvimento recente – envelhecimento da população numa trajetória que, previsivelmente durante os próximos 20 anos, significará o

---

<sup>1</sup> Designação constante do Estudo “Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental”; Instituto de Segurança Social, 2005.

enfraquecimento dos pólos com menos de 5.000 habitantes e a perda da relevância do trabalho agrícola enquanto actividade associada ao espaço rural existente, num território com défice de infraestruturas de telecomunicações que acentua a tendência para o abandono.

Do ponto de vista das dinâmicas territoriais cerca de metade dos concelhos da Região (44%), corresponde a “Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos” marcados por despovoamento, envelhecimento, fracas competências escolares e qualificações e, ainda depressão económica, ou seja, concelhos que afastam de forma crítica as gerações em idade ativa e respetivos filhos dos locais de origem. Neste contexto, apenas 10 concelhos (21%) se caracterizam como “Territórios moderadamente inclusivos”, fortemente marcados pelas ligações viárias a Lisboa e a Espanha, uma inclusão mais relacionada com a localização das capitais de Distrito, a concentração de serviços e centros de decisão e a concentração da população em pólos de dimensão intermédia.

### **3.1.3. TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE**

Nas últimas três décadas, a Região registou profundas transformações na sua condição socioeconómica e espacial, distanciando-se, de forma inequívoca e irreversível, do Alentejo agrícola e rural do século passado. As estruturas agrícolas perderam influência na base produtiva regional, deixaram de exercer uma relação de estruturação global da condição rural da sociedade local, e, do mesmo modo, viram regredir a respectiva influência no que se refere ao padrão de uso do solo e da organização espacial da economia e das comunidades locais. No entanto, a “baixa densidade”, em termos de presença humana e de caracterização das actividades económicas, continua a ser um traço fundamental da Região e tende a acentuar-se a perda de população e a redução do emprego, na maior parte do território.

No Alentejo é particularmente sensível a necessidade de respostas aos problemas das “zonas de baixa densidade” marcadas por constrangimentos específicos no domínio da demografia, da base económica e da sustentabilidade do emprego, a abordar numa estratégia de desenvolvimento rural. A valorização socioeconómica do espaço rural assume particular relevância para dinamizar e facilitar o desempenho dos pequenos centros, articulando numa perspectiva de coesão territorial e de desenvolvimento sustentável o papel dos centros estruturantes e das sedes de concelho com o dos restantes aglomerados. Com efeito, estes aglomerados, não incluídos no primeiro ou no segundo nível de estruturação da rede urbana, embora sujeitos a profundas transformações, desempenham também eles um papel essencial na estruturação do território, na fixação de pessoas e de actividades económicas, em particular na articulação com o espaço rural.

### **3.1.4. DÉFICE DE QUALIFICAÇÕES ESCOLARES E PROFISSIONAIS**

Na **educação**, registam-se ainda elevadas taxas de abandono escolar precoce (em 2010: ALT 28%, meta 2020 10%) e a população activa tem um **baixo nível de formação e de qualificação profissional**, consubstanciado numa estrutura profissional da população empregada marcada pelo peso excessivo de activos em profissões com baixos níveis de qualificação e por uma importância reduzida dos quadros superiores e das profissões intelectuais e científicas, reflectindo também a baixa qualificação superior da população (proporção da população com ensino superior ou equiparado entre os 30 e os 34 anos, em 2011: ALT 27.2%), inferior à média nacional (33.2%) e distante da meta da Estratégia Europa 2020 (40%). A estes défices associam-se ainda **baixos níveis de escolaridade e baixas qualificações profissionais dos empregadores**. O **baixo índice de escolaridade** da população activa contribui para as dificuldades de adaptação a novos desafios

profissionais, limitando um desempenho mais concorrencial e o incremento tecnológico.

A dispersão geográfica e os baixos quantitativos populacionais condicionam o desenvolvimento da oferta educativa/formativa, constringimento a que acresce uma **deficitária e desarticulada rede de transportes públicos**. As dificuldades na articulação das estruturas de formação entre si e com as empresas, indispensáveis para elevar os níveis de especialização e a qualificação profissional ajustada às necessidades da oferta de trabalho, reflectem o escasso envolvimento das empresas nas acções de aprendizagem ao longo da vida e acentuam a desadequação de algumas qualificações ao mercado de trabalho regional e as carências de formação profissional específica, para empresários e trabalhadores.

### **3.1.5. DEBILIDADES DA COMPETITIVIDADE DO TECIDO EMPRESARIAL**

O Alentejo caracteriza-se por ter um tecido empresarial de baixa densidade (densidade empresarial, em 2010: ALT 2.6 empresas/km<sup>2</sup>, PT 12.4; AL 2.2, AA 1.8, AC 2.7, BA 1.6, LZ 5.8) e uma reduzida capacidade empreendedora, a par de taxas de natalidade das empresas e de iniciativa empresarial aquém da média nacional. O **tecido empresarial**, revela-se ainda bastante enfraquecido e insuficientemente consolidado, apesar do conjunto de acções e intervenções desenvolvidas ao longo das últimas décadas. Nas infraestruturas de suporte, a generalidade dos **espaços de acolhimento empresarial** disponibiliza condições infraestruturais mínimas, mas apresenta limitações na prestação de serviços de apoio às empresas (nomeadamente, em domínios mais inovadores, técnicos e especializados), onde poderia residir uma maior capacidade de atração de novos investimentos.

O **investimento em inovação** (proporção de despesa em I%D no PIB, em 2010: ALT 0.46%, meta 2020 3%) é residual e a **propensão para a inovação** no setor empresarial do Alentejo é também bastante reduzida: em média, por cada 100 novas empresas criadas, apenas uma se enquadra em setores de alta e média-alta tecnologia, comparativamente, à média nacional de 1,8% (em 2010). Esta fraca tendência para a inovação é confirmada pelo peso diminuto que o VAB gerado pelas empresas dos setores de alta e média-alta tecnologia representa no VAB regional (5,8%, em 2010).

Os elementos estruturais que definem a posição desfavorável da Região incluem também a dificuldade no trabalho em rede entre as diferentes instituições de I&DI e os potenciais utilizadores/beneficiários, a dificuldade no acesso à informação por parte das empresas e a diminuta incorporação de conteúdos técnicos e tecnológicos nos processos produtivos, mesmo em áreas em que o Sistema Regional de Inovação dispõe de valências internas e próximas da estrutura económica regional (p.e., agricultura e eficiência energética).

No âmbito do INALENTEJO regista-se um **fraco contributo das intervenções apoiadas para a constituição de uma rede regional de centro tecnológicos**, sendo ainda limitados os resultados no domínio da criação e dinamização de infraestruturas científicas e tecnológicas regionais, numa fase em que se perspetivam novos desenvolvimentos na sequência da aprovação das primeiras operações visando a estruturação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia e a sua evolução para a integração na estratégia regional de especialização inteligente.

### **3.1.6. MOBILIDADE INTER-REGIONAL E CONECTIVIDADE EXTERNA**

Em termos de **acessibilidades e transportes**, as melhorias registadas durante as últimas duas décadas não correspondem ainda às necessidades do processo de desenvolvimento socioeconómico, persistindo uma **rede viária incompleta com deficientes condições de**

**mobilidade intra-regional, bem como de deficientes ligações extra-regionais.** As limitações existentes no quadro das acessibilidades rodoviárias (rede nacional e municipal) constroem uma eficaz articulação do sistema urbano regional e uma mais intensa integração económica e territorial, sendo de salientar:

- **Atrasos significativos na concretização de alguns troços** da rede viária fundamental (IP) e complementar (IC e Estradas Nacionais) **previstos na rede estabelecida pelo PRN2000**, nomeadamente no que se refere a ligações transversais de relevante importância para uma maior articulação intra-regional e a ligações com o exterior, necessárias para a promoção de uma maior articulação e abertura da Região à sua envolvente
- **Degradação do serviço de transporte coletivo** prestado aos centros urbanos de pequena dimensão mais afastados dos eixos viários principais, tendência que acompanha o processo de despovoamento da Região traduzindo-se no **agravamento das assimetrias de mobilidade intraregionais** e na **forte dependência do meio de transporte individual**
- Ausência de contributos das intervenções mais recentes na vertente **qualificação e inovação dos serviços de transporte e para a articulação dos modos de transporte** (nomeadamente, através de novas formas de gestão da mobilidade, atendendo às especificidades territoriais da Região) – os contributos do INALENTEJO centraram-se fundamentalmente, em projectos de qualificação da rede de infraestruturas rodoviárias locais
- **Deficiências de algumas acessibilidades sub-regionais** e situações de insegurança originadas pelo atravessamento de tráfego de veículos ligeiros e em particular veículos pesados, em alguns centros urbanos (Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz, Évora, Almeirim, Alpiarça e Chamusca, ...)
- **Perda de competitividade do modo ferroviário relativamente ao modo rodoviário** (quando se compara com a realidade nacional), decorrente das características da Região e do desajustamento estrutural do traçado da rede relativamente ao sistema urbano regional (particularmente evidente na ausência de serviços competitivos em alguns dos centros urbanos principais), contexto em que surge especialmente penalizado o Distrito de Portalegre

Relativamente ao **sistema logístico**, destacam-se como condicionantes ao desenvolvimento regional:

- **Deficientes acessibilidades na ligação do Porto de Sines a Espanha** (ausência de concretização do IC33, do IP8 e da ligação ferroviária a Espanha)
- **Ausência de orientações bem definidas sobre o futuro do Aeroporto de Beja**
- **Desarticulação entre Portugal e Espanha quanto a normativos e procedimentos aplicáveis aos operadores ferroviários de transporte de mercadorias**, que embora não seja uma realidade específica do Alentejo, surge também como entrave à afirmação do sistema logístico regional.

A **fragilidade do tecido empresarial do resto da Região e do seu sistema logístico** constituem constrangimentos importantes a um melhor aproveitamento de oportunidades geradas pela plataforma portuária e industrial de Sines que integra algumas das maiores empresas nacionais. O Terminal de Contentores do principal porto nacional, em resultado de um crescimento que se cifra



numa taxa média anual de 52% desde a sua entrada em funcionamento, apresenta atualmente estrangulamentos quer ao nível do ordenamento dos seus acessos e dos interfaces ferroviário e rodoviário, quer ao nível do comprimento de cais; o crescimento futuro da carga contentorizada, que se deverá continuar a fazer a taxas muito elevadas, obrigará também a novos investimentos ao nível das infraestruturas de proteção marítima.

### **3.1.7. FRAGILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO**

As dinâmicas do **mercado de trabalho regional**, registam elevados níveis de desemprego (em 2012: ALT 15.4%), que afectam particularmente os activos à procura de novo emprego e os desempregados de longa duração, fenómeno que se manifesta com maior incidência no Baixo Alentejo. À semelhança do resto do País, a taxa de **desemprego da população jovem** (em 2012: ALT 32.2%, PT 30.1%) tem vindo a crescer e este desemprego jovem atinge não só os menos habilitados mas também, ainda que em muito menor grau, os licenciados, devido ao desfasamento entre algumas qualificações e as necessidades do mercado de trabalho e à crescente dificuldade da economia regional em absorver desempregados com habilitações médias e superiores.

A maior preocupação com o crescimento do desemprego reside no carácter menos cíclico que o fenómeno tem vindo a revelar, sendo de recear que, mesmo perante cenários de retoma económica, grande parte dos postos de trabalho não venham a ser recuperados. Neste contexto, o potencial de criação de emprego decorrente da recuperação das economias portuguesa e alentejana, estará fortemente condicionado, no horizonte 2020, pelos efeitos de um previsível abrandamento do crescimento económico mundial e dos países da OCDE e pela redução dos fluxos de IDE, num contexto de maior concorrência internacional pelos mesmos.

### **3.1.8. BAIXA PENETRAÇÃO DAS TIC EM SECTORES CHAVE**

Nas **Tecnologias de Informação e Comunicação**, apesar da relevância dos investimentos na Modernização Administrativa, no reforço da componente da informação geo-referenciada, na produção de conteúdos e na criação de condições materiais para o uso intensivo das TIC nas escolas, os níveis de penetração (oferta e procura) de infraestruturas e serviços tecnológicos nas empresas e na sociedade civil, permanecem aquém das necessidades, resultante de um incipiente envolvimento destes segmentos em atividades de transferência de tecnologia e de ID&T. Neste contexto, e entendendo as TIC como instrumento para reforçar as conexões em rede dos atores regionais, constata-se a existência de uma grande margem de progressão em termos de abertura da Região e de integração em espaços e redes mais alargadas.

Relativamente às **ligações à internet através de banda larga**, a Região revela constrangimentos e algumas insuficiências no que se refere ao acesso das famílias às TIC, com uma proporção de ligação por banda larga em níveis inferiores à média nacional (famílias com acesso a computador, ligação à internet e ligação através de banda larga, em 2012: ALT 47.2%, PT 59.7%).

## **3.2. VISÃO ESTRATÉGICA**

Numa óptica indutora de desenvolvimento sustentável suportada nos três pilares fundamentais da perspectiva regional (*atractividade económica, identidade cultural e patrimonial e responsabilidade social e ambiental*), a **Visão Estratégica de Desenvolvimento para o Alentejo** deve assentar na valorização dos activos específicos, no reforço do sistema de ensino superior, científico e tecnológico, na modernização dos sectores tradicionais, nas actividades emergentes e



em novas actividades, em suma na produção de bens e serviços transacionáveis, com potencial exportador contribuindo para reforçar a internacionalização da economia regional e para criar mais e melhor emprego com recursos humanos mais qualificados e para aumentar a participação regional no PIB nacional.

O aproveitamento do posicionamento geoeconómico da Região, das infraestruturas de acolhimento empresarial, de logística e conectividade internacional, abre espaço à afirmação de uma estratégia regional qualificada para a atracção de investimento. Esta dinâmica de internacionalização da Região, de atracção de empresas e de desenvolvimento empresarial, poderá ser reforçada através de projecção externa, acompanhada de iniciativas de marketing territorial, conferindo dimensão estratégica ao tecido produtivo e reforçando a base económica.

A identidade cultural e patrimonial da Região assenta num relevante conjunto de valores singulares, capazes de se constituírem como activos diferenciadores para a competitividade territorial e a atratividade económica. O carácter de excelência ambiental, posiciona o Alentejo a nível europeu como território particularmente importante no que se refere aos valores naturais e à biodiversidade.

Numa visão abrangente e multiníveis cabe ao ordenamento do território, tendo como referência os PROT para a Região (NUTII-Alentejo e OVT), perspectivar o suporte territorial de uma economia de recursos naturais e consequente criação de empregos “verdes”, bem como dos activos de desenvolvimento das áreas de conservação da natureza classificadas com significativa expressão no Alentejo (Sítios da Rede Natura e Áreas Protegidas), por forma a dotá-las de uma estratégia regional de médio e longo prazo e, como tal, sustentável, inteligente e inclusiva.

A manutenção deste estatuto de excelência ambiental exige cada vez mais uma responsabilidade colectiva e dinâmicas de cooperação, nomeadamente na conservação e valorização do território e na criação de condições para a permanência da população, o que tem vindo a assegurar os usos e as actividades que constituíram os activos patrimoniais que hoje usufruímos. Também a reabilitação urbana e o desenvolvimento sustentável das cidades continuarão a potenciar a capacitação económica regional, bem como a valorização das actividades culturais e das indústrias criativas, como componentes da dinamização económica e suporte da salvaguarda dos aspectos simbólicos e estéticos do património.

### 3.3. OPÇÕES PARA SUPERAR CONSTRANGIMENTOS E POTENCIAR OPORTUNIDADES

A estrutura de vantagens competitivas do Alentejo é composta por dois conjuntos de argumentos/vetores, de carácter natural e construído:

- (i) *Ativos permanentes* (Localização e configuração territorial; Recursos naturais, ambiente e paisagem; Polos urbanos consolidados; Recursos institucionais; Património histórico e cultural)
- (ii) *Ativos adquiridos nas últimas décadas, fruto das dinâmicas de investimento público e privado* (Acessibilidades internas e interfaces com o exterior (Terminal de contentores e de gás natural em Sines); Ampliação do Pólo de Química pesada de Sines e do sector aeronáutico e electrónico em Évora; Forte crescimento da oferta agrícola (vinho, azeite, hortofrutícolas) associada aos aproveitamentos hidroagrícolas; apetrachamento em equipamentos hoteleiros; e Redes de Equipamentos Sociais).

Estes ativos do território têm vindo a afirmar-se num conjunto de sectores económicos estratégicos, com destaque para o complexo agroalimentar e industrial (particularmente, a agricultura e as indústrias agroalimentares), para o turismo (ancorado, sobretudo, na natureza e no património), setores onde a Região revela um maior potencial de desenvolvimento. Também as energias renováveis representam uma oportunidade para o desenvolvimento regional, com potencial de desenvolvimento tecnológico e de inovação. Os aspectos distintivos e diferenciadores da Região constituem-se também como argumento competitivo e indutor de desenvolvimento sustentável.

A competitividade económica do Alentejo afirma-se ainda pelas múltiplas actividades associadas aos recursos minerais, detentores de elevado potencial, valor estratégico e comercial, nomeadamente na extracção de rochas ornamentais (essencialmente o mármore) e na exploração mineira (pirites), mas também incorporadoras de tecnologia e com grande potencial na valência transformadora. Outras zonas de exploração de recursos minerais foram, recentemente, objecto de contratos de prospecção e exploração entre o Estado português e operadores privados.

A excelência ambiental da Região carece de uma base produtiva que seja, também, capaz de arrastar os territórios de baixa densidade, renovados pelo conhecimento, e de evoluir na estruturação de relações com o mercado interno e acompanhando o esforço de exportação já hoje presente em setores tradicionais com valor estratégico.

Numa perspetiva de **internacionalização do território**, sustentada em projetos como Alqueva e Sines, mas também em actividades económicas com orientação exportadora, surgem como pilares de sustentação da Estratégia Regional: a finalização de infraestruturas e interfaces de conectividade internacional (Ferrovia, com prioridade de mercadorias; Expansão do Terminal de contentores de Sines; Expansão dos Terminais energéticos); e a exploração do capital simbólico do Alentejo, traduzido na valia ambiental.

Neste enquadramento, e como elemento estruturante do desenvolvimento do Alentejo, deve ser considerada prioritária a aposta num “Cluster” Agroalimentar e de Recursos Naturais que permita uma projecção da Região no exterior e ajude à atração de investimento (nacional e estrangeiro) para superar os enormes défices de capital e tecnologia que a Região e o País enfrentam.

Constituem ainda domínios estratégicos dessa aposta, a valorização das actividades competitivas na Agricultura e Turismo (Enoturismo, Turismo cultural e ecológico, ...), assegurando limiares de sustentabilidade na utilização de recursos hídricos; e o desenvolvimento de novos “Clusters” económicos como os da Pedra Natural (sem prejuízo de reforçar a capacidade de empreendedorismo em torno de actividades de serviços intensivas em conhecimento).

O estabelecimento destas opções para superar constrangimentos e potenciar oportunidades será tanto mais bem sucedido, quanto a participação e o envolvimento activo da sociedade civil, na prossecução de um desígnio comum de desenvolvimento regional, se traduzir no reforço do já progressivo caminho percorrido de abertura e reflexão partilhada com os respectivos actores.

### **3.3.1. PACTO PARA A QUALIFICAÇÃO E O EMPREGO**

Nas **vertentes educativa e formativa**, as opções apontam para o investimento na educação, nas competências de base e especializadas e na aprendizagem ao longo da vida, promovendo uma articulação activa entre os diferentes parceiros que dinamizam a oferta da rede formativa para jovens e adultos (Cursos Vocacionais, CEF, Cursos Profissionais, Cursos de Aprendizagem, Cursos

EFA e outros), nomeadamente as Escolas, os Centro de Emprego e Formação Profissional e a oferta privada e cooperativa, implementando uma rede regional adequada às necessidades do mercado regional de emprego e com recurso a uma plataforma unificada de monitorização e acompanhamento que envolva, entre outros, os serviços regionais de educação e emprego.

Na formação avançada, a reorganização das ofertas deverá contribuir activamente para novas apostas na qualificação dos recursos humanos adequada ao mercado de trabalho. A constituição de consórcios entre Instituições do Ensino Superior e empresas e entidades de interface do tecido económico, poderá representar um importante contributo para melhorar as competências do capital humano nos elos-chave da formação escolar e profissional regional, com apostas mais visíveis e reforçadas na formação em alternância (Aprendizagem), na formação técnica especializada e avançada (Centros de Formação e Instituições de Ensino Superior) e na formação-consultoria. Esta evolução conjugada contribuirá para suportar uma **estratégia de atração de Investimentos em atividades que fixem recursos humanos qualificados**, bem como uma maior proximidade com as empresas e uma maior profissionalização de quadros intermédios e superiores, com vantagens para o reforço da empregabilidade e contribuindo para construir uma economia mais amiga do emprego.

Os constrangimentos identificados em matéria de estruturação e funcionamento do mercado de trabalho e de dotação de competências ajustadas às necessidades do tecido económico-empresarial (residente e atraível), exigem respostas decididas e de carácter integrado a estruturar no âmbito da **concepção e implementação de um Pacto para a Qualificação e o Emprego**, instrumento que deverá enquadrar toda a intervenção das áreas da formação escolar (secundária e superior) e profissional (inicial e contínua) e do emprego a nível regional, construindo soluções dotadas de especificidade e adequabilidade para responder às necessidades actuais e de desenvolvimento futuro do mercado de trabalho do Alentejo.

No âmbito do apoio ao **emprego** em zonas com características específicas, serão potenciadas oportunidades e intervenções locais nos **territórios de baixa densidade**, estimulando o empreendedorismo numa base de especialização sectorial qualificada e diferenciadora, privilegiando abordagens integradas, transversais e com perspetiva territorial, que favoreçam a dinamização das economias locais de proximidade, a preservação dos núcleos e paisagens rurais, elementos fundamentais na identidade diferenciadora de toda a Região. Esta intervenção deve combinar a atração de residentes e a dinamização económica, de recursos locais e criação de empresas, de apoio à organização de produções primárias e respetiva valorização de mercados.

As soluções/opções a seguir deverão beneficiar de uma larga margem de criatividade, inovação, dispensando abordagens clássicas e valorizando experiências orientadas para promover e incentivar a criação de emprego em contextos territoriais desprovidos de iniciativa empresarial, constituindo-se como um laboratório regional que ensaie soluções concebidas a partir do conhecimento da especificidade dos problemas.

### **3.3.2. PROMOÇÃO DE INICIATIVA EMPRESARIAL**

Para suprir as insuficiências estruturais constituem opções a considerar, no quadro das prioridades estratégicas regionais, as seguintes:

- **Promoção do empreendedorismo**, facilitando e acompanhando os processos de inovação e a exploração económica de novas ideias e a criação de novas empresas, particularmente de

spinoff de base tecnológica e fomentando à criação do próprio emprego e a promoção de novos modelos empresariais

- **Desenvolvimento de competências de base** dos futuros diplomados e dos empresários e quadros regionais em empreendedorismo, empresarialismo, línguas estrangeiras, comércio internacional e criatividade, destinadas a potenciar a criação, crescimento e internacionalização de empresas.
- **Promoção de condições favoráveis à transferência e apropriação do conhecimento** gerado pelas instituições de I&D em benefício das empresas, designadamente das PME
- **Qualificação das áreas de acolhimento empresarial**, ao nível da gestão e dos serviços de apoio às empresas, como forma de melhorar o desempenho das empresas e reforçar as condições de atratividade e captação de investimento para a Região.

### **3.3.3. COMPETITIVIDADE DO COMPLEXO AGROALIMENTAR E FLORESTAL DO ALENTEJO**

A agricultura deve integrar a visão estratégica para a Região, um território predominantemente rural que detém características únicas (vinhos, azeites, carnes, queijos, pecuária extensiva, frutos, cavalo, touro...), frequentemente com marcas identitárias e de excelência que têm tradução prática no reconhecimento da qualidade dos variados produtos certificados e com denominação de origem. Esta perspetiva adquire especial acuidade e validade quando o futuro reclama atividades ambientalmente sustentáveis e produtos alimentares saudáveis e com qualidade, devendo responder às exigências dos mercados competitivos, evoluindo para patamares superiores de organização e profissionalização, aliando a tradição com a inovação.

As recentes evoluções nas infraestruturas regionais de apoio à actividade agrícola proporcionam condições favoráveis para este reforço do peso da agricultura alentejana como actividade económica de referência, o qual reflecte a transformação em curso da oferta agrícola do Alentejo (iniciada com o sector vitivinícola), posteriormente com o olival intensivo e, mais recentemente, com o milho e agriculturas de primores e especialidades. O sector agrícola contribui para a existência de uma agro-indústria com potencial competitivo, com produtos de elevada qualidade e boa imagem de marca.

O reforço da competitividade dos sectores agrícola e florestal, nomeadamente do sistema de montado, em articulação com a identificação das fileiras estratégicas agroalimentares e florestais, deverá constituir uma das prioridades estratégicas regionais com potencial de afirmação em vários segmentos do mercado nacional e internacional, para o que contribuirão também novas oportunidades e campos de investigação e transferência de conhecimento nos domínios do ambiente, da energia e das atividades associadas ao turismo e lazer. As potencialidades de clusterização destes recursos apontam para a estruturação de um conjunto de actividades suportadas na complementaridade entre a indústria agro-alimentar, o turismo e o ambiente, valorizando as características e os produtos regionais (natureza, paisagem, cultura, gastronomia e vinhos, entre outros), com particular incidência em actividades cuja cadeia de valor integra conhecimento acumulado e em construção no seio do Sistema de Inovação Regional, associado à criação de emprego qualificado e mais tecnicamente especializado.

A maior disponibilidade de água, resultante da entrada em funcionamento do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, dos novos empreendimentos públicos que se encontram perspectivados, nomeadamente da Barragem do Pisão, e de investimentos privados nesta área,

constitui um factor importante para o desenvolvimento da base económica regional, pois vem minorar um importante estrangulamento ao desenvolvimento do modelo agrícola regional e potenciar novas dinâmicas relacionadas com o uso de água, que se alargam aos sectores da energia e do turismo e lazer. A melhoria de desempenho económico destes sectores pode vir a dar um forte contributo para a redução do deficit da balança comercial agrícola do País, para o que os aspectos ligados à organização do sector e dos mercados são elementos importantes.

### **3.3.4. COMPETITIVIDADE DO COMPLEXO DE ATIVIDADES DO TURISMO E DO LAZER**

No **turismo e lazer**, o Alentejo dispõe de excepcionais condições ambientais e patrimoniais que podem alavancar ofertas turísticas diferenciadas, entre outras, nas vertentes da fruição da natureza, cultura, gastronomia, produções tradicionais (vinho, azeite, ...), saúde e bem-estar. As recentes dinâmicas evidenciam, igualmente, a existência de boas perspectivas de acolhimento das novas tendências do turismo, diretamente relacionadas com as sensações e vivências únicas e inesquecíveis, evolução importante também para as dinâmicas e complementaridades relacionadas com as atividades agroalimentares, a restauração, o comércio e o artesanato.

Na componente patrimonial, importa salientar os activos regionais existentes e valorizáveis na óptica do turismo industrial ou de descoberta económica, de que são já exemplo as experiências das Minas do Lousal e de S. Domingos e os projectos identificados para a Zona dos Mármore, visando explorar segmentos de procura que se tem revelado interessantes em países com tradição mineira e de pedra natural (p.e., Rio Tinto - Espanha e Carrara - Itália).

A diversificação da oferta turística do Alentejo tem integrado novos atractivos e desenvolveu, simultaneamente, uma vasta rede de micro e pequenas empresas que oferecem serviços complementares da hotelaria, abrangendo actividades de animação, desportivas e culturais, que contribuem para a afirmação da capacidade competitiva da Região enquanto destino de excelência. Entre os projectos turísticos concretizados recentemente, destaca-se os investimentos com características diferenciadoras (enoturismo, resorts, spa, ...), em iniciativas que proporcionam um conjunto de experiências e actividades personalizadas, que podem ser vividas em ambiente exclusivo e inimitável, associando a ruralidade e a modernidade dos serviços prestados.

### **3.3.5. ATIVIDADES EMERGENTES E EM CONSOLIDAÇÃO**

Além da aposta nos recursos endógenos, que pressupõe a construção de estratégias sectoriais de suporte à base económica regional combinadas com capacidades empresariais robustas, existem recursos exploráveis aos quais são reconhecidas potencialidades de valorização económica, de que são exemplo mais expressivo o Cluster da Energia e a existência de condições excepcionais para o sector da Aeronáutica. O sector das **energias renováveis** teve um impulso bastante significativo na Região, nomeadamente através do aumento da potência eólica instalada, do impulso ao aproveitamento dos recursos hídricos e do desenvolvimento de projetos no domínio da energia solar (térmica, fotovoltaica e termosolar, de pequena, média e grande escala).

Pelo facto de ser um vasto território descongestionado, a Região pode responder à procura para localização de atividades exigentes em espaços contíguos, particularmente na **Indústria Aeronáutica**, onde as estruturas existentes e os investimentos em curso e programados permitem antever desenvolvimentos positivos para a constituição de um **cluster Aeronáutico no Alentejo**, elemento-chave de atividades a concretizar a partir da instalação em Évora de duas fábricas da EMBRAER e do aeroporto de Beja.

A Região pode alavancar um conjunto de atividades relacionadas com os **sectores automóvel, aeronáutico e eletrónica**, beneficiando do potencial efeito de aglomeração e de interação de competências industriais e tecnológicas existentes, com impactes em termos de emprego qualificado e de maior especialização técnica. As sinergias entre estes sectores de atividade podem ampliar as relações intersectoriais e contribuir positivamente para a dinamização de atividades de I&D, facilitando interações estratégicas com os Sistemas Regionais de Transferência de Tecnologia e de Logística Empresarial, em fase de estruturação embrionária.

### **3.3.6. ESTRUTURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SRTT**

Para ultrapassar os constrangimentos relacionados com os reduzidos níveis de transferência de tecnologia, conhecimento e inovação, o Alentejo necessita dinamizar ativamente o seu Sistema Regional de Inovação, assente nas instituições regionais do Sistema Científico e Tecnológico e em outras entidades participantes no processo de estruturação do nascente **Sistema Regional de Transferência de Tecnologia do Alentejo (SRTT)**.

Trata-se de reforçar o potencial tecnológico e científico da Região, organizado de forma complementar e em articulação com o tecido empresarial, através da dinamização e potenciação do SRTT e das suas principais componentes: Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, Rede Regional de Ciência e Tecnologia, Incubadoras e Infraestruturas Científicas e Tecnológicas.

As operações já aprovadas com financiamento do INALENTEJO têm particular relevância para a estruturação futura do SRTT, sendo de salientar: (i) o peso elevado (30,7% do número de operações e 48% do volume de investimento) dos projetos promovidos pela Universidade de Évora, importante nó da Rede de Transferência de Tecnologia e que enquadra investimentos laboratoriais e de outros equipamentos que abrangem um leque alargado de departamentos técnico-científicos da Universidade; (ii) a aprovação de uma Incubadora de Base Tecnológica e Serviços Centrais para a Lezíria do Tejo; (iii) a aprovação de Projetos dinamizados por entidades de C&T de fileiras produtivas regionais de que são exemplo o CEVALOR – Centro Tecnológico das Rochas Ornamentais (Alentejo Central), o CEBAL – Agropecuária e o COTR – Tecnologia do Regadio (Baixo Alentejo); (iv) a aprovação de projetos para I&D das atividades do Cluster Agroalimentar (incluindo Biotecnologia Aplicada e Tecnologias Agroambientais) e dos Recursos Hídricos/Gestão da água envolvendo entidades promotoras regionais com “know-how” reconhecido; e (v) a aprovação de projectos que estabelecem um potencial forte de **relação com as empresas Regionais** (p.e., construção e apetrechamento de incubadoras e equipamentos para a prestação de serviços técnicos e tecnológicos).

As operações aprovadas abrangem projetos com níveis de ancoragem bastante heterogénos que tenderão a determinar a efetiva produção de resultados e/ou o ritmo a que estes irão ocorrer.

Nesta perspetiva da *Avaliação Intercalar do INALENTEJO*, alerta no entanto para a **“Necessidade de ultrapassar os constrangimentos que no passado não facilitaram a fixação de empresas, elemento de ancoragem indispensável ao sucesso do PCTA e de núcleos de incubação de base tecnológica e que reflete também um problema mais vasto de relacionamento adulto com o tecido empresarial endógeno e exógeno à Região”**; e, ainda, para a **“Necessidade de testar de forma paciente a governação da Parceria que suporta a implementação do SRTT, num contexto de relativa fragmentação de interesses que pode ser potenciada pelas características multipolares da solução adotada e pela conjuntura prolongada da crise institucional e financeira da rede de Instituições de Ensino Superior”**.



O investimento nesta área passa também pelo reforço das infraestruturas e ações de apoio à investigação e ensino/formação avançada e pela criação de incentivos de apoio à excelência científica destinados a projetos de investigação nas áreas estratégicas de relevância regional.

### **3.3.7. ECONOMIA DO MAR**

As opções estratégicas regionais devem incluir, também, o aproveitamento das potencialidades da **extensa frente marítima** da fachada atlântica do território alentejano, caracterizada por deter significativos e diversificados recursos e características naturais para desenvolver atividades novas, emergentes e socialmente necessárias a nível mundial, como a produção de energia, das biotecnologia e da química, bem como na investigação e exploração de novas alternativas nos domínios da alimentação, medicina, transportes, turismo e saúde.

A região Alentejo, detendo uma vasta linha de costa onde incidem particularidades geográficas que moldam actividades haliêuticas (pesca, apanha de algas e de animais marinhos) essenciais quanto à componente socioeconómica das comunidades costeiras, evidencia também um grande potencial para a consolidação da designada *economia do mar*, nomeadamente, no que respeita à fileira da pesca e da produção aquícola, uma das actividades de maior potencial de crescimento, conciliando saber-fazer e tecnologia tradicional com os modernos conhecimentos tecnológicos e ambientais através do reforço das actividades de investigação e de desenvolvimento tecnológico. Como aspecto positivo, destaca-se a existência de comunidades que estão implantadas na Região e se dedicam à actividade da pesca e das apanhas e que, nesta diversidade de funções e interagindo com outras actividades económicas, potenciam o desenvolvimento de sectores tão importantes como sejam a agricultura e o turismo.

Esta última componente tenderá a adquirir maior expressão no contexto do Desenvolvimento Sustentável das Zonas Costeiras, uma prioridade estratégica do novo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) que deverá apoiar a reconversão económica e social das actividades e ocupações das comunidades piscatórias, no enquadramento das estratégias locais de desenvolvimento do Grupo de Ação Costeira, com atividade na costa alentejana.

A pesca local e costeira representa a quase totalidade do desembarque do pescado da Região, sendo caracterizada por unidades familiares de pequena e média dimensão, embora dotadas de meios tecnologicamente avançados, cujos profissionais detêm um conhecimento tradicional e co-responsabilidade na gestão sustentável dos recursos pesqueiros. As oportunidades associadas a estas actividades passam pelo correcto ordenamento da zona costeira, aproveitamento das múltiplas valências dos recursos e estímulo ao desenvolvimento de actividades de I&D directamente relacionadas com as potencialidades dos recursos regionais e sua aplicação empresarial.

Além da promoção e exploração sustentável dos recursos, os grandes desafios têm a ver com a valorização do capital humano, o empreendedorismo e as profissões do sector da pesca, criando condições locais para a formação profissional, bem como promover a melhoria do modelo organizativo e da competitividade das unidades de produção de forma a enfrentar a concorrência e diminuir a vulnerabilidade da actividade às oscilações dos preços dos factores.

### 3.3.8. LOGÍSTICA REGIONAL

O Porto de Sines e a Zona Industrial e Logística funcionam como principal porta de acesso marítimo e pólo dinamizador da capacidade empresarial da Região. Assim, o desenvolvimento do Porto de Sines e a sua ligação aos principais portos nacionais, nomeadamente Lisboa e Setúbal, corredores europeus permitirão desenvolver uma plataforma atlântica com condições preferenciais de articulação mundial, contribuindo fortemente para o desenvolvimento da Região e do País.

Com grande potencial de afirmação externa, destaca-se a **consolidação do papel do Porto de Sines** como porto energético com a expansão das instalações de desliquefação de gás natural e ampliação da capacidade do terminal de contentores até ao milhão de TEUS que, continuando a ser explorado em concessão pelo Porto de Singapura, é atualmente visitado regularmente por dois grandes armadores (MSC e CGM\_CMA). Este posicionamento competitivo sai reforçado com a recente decisão sobre a construção de uma linha ferroviária com prioridade para mercadorias, entre Sines e Madrid, passando por Elvas / Badajoz. Para potenciar o desenvolvimento do Porto de Sines é importante uma ligação ferroviária competitiva, integrada nas RTE-T e que permita encurtar as distâncias à fronteira e ao centro da Península Ibérica e da Europa.

Em termos estratégicos, as **transformações na geoeconomia mundial da energia**, com a ascensão do Atlântico Sul e Índico e, nomeadamente de países produtores (p.e., Brasil, Angola e Moçambique), em paralelo com a quebra de importações dos EUA, vai concentrar os fornecimentos destas regiões na Europa, pelo que o Porto e a ZIL de Sines poderão ter uma forte expansão que será, ainda, maior com a concretização do corredor energético ocidental previsto nas Redes Transeuropeias de Energia. O Porto de Sines e a prevista **Plataforma Logística de Elvas/Caia**, com a remodelação da **rede ferroviária de mercadorias**, bem como a disponibilidade de acessibilidade rodoviária (IP8, IC33), são fatores decisivos e que constituem um excelente complemento para a logística regional e nacional.

### 3.3.9. IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO 3º SECTOR

A **economia social** tem demonstrado um importante e crescente leque de oportunidades de negócios, sobretudo nas interfaces com o turismo, a saúde e terceira idade, domínios que apresentam um importante conjunto de potencialidades e de recursos mobilizáveis para o seu desenvolvimento, de entre os quais se destacam:

- A existência de Instituições que pela sua dimensão, experiência e know-how, são líderes nos processos de transformação e mudança de práticas instituídas
- O dinamismo e dotação alcançados em algumas respostas sociais, com instituições regionais a promover uma oferta de elevada qualidade e abrangência
- A existência de atividades sustentadas no âmbito da economia social, com algum dinamismo e suportando o emprego de base local nas em zonas de elevado desemprego estrutural.

A Região pode desenvolver este nicho de atividades, tirando partido da existência de estabelecimentos de ensino direccionados para as **Ciências da Saúde** e reforçando a importância dos **investimentos na vertente social** para a qualificação do território e a fixação de pessoas, com particular auidade nas **necessidades pontuais das zonas carenciadas**. Tirando partido da existência de estabelecimentos de ensino direccionados para as ciências da saúde – Escolas Superiores de Enfermagem, um Hospital de influência regional (e eventualmente transfronteiriça) poderá potenciar



uma rede com as unidades existentes. O desenvolvimento deste nicho de actividades reforçará a importância dos investimentos na vertente social para melhoria da competitividade, fixando pessoas qualificadas e melhorando a dotação e especialização regional. O **desafio** passa, efectivamente, pela capacidade de potenciar e articular as entidades, infra-estruturas e equipamentos de forma a constituir uma oferta coerente de serviços inovadores e especializados no domínio da saúde.

### **3.3.10. QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO REGIONAL**

No que concerne à mobilidade territorial e ao sistema urbano regional, verifica-se que a dimensão da Região e o modelo de povoamento existente têm contribuído para uma certa desarticulação intra-regional pela exiguidade da rede e dos serviços de transporte público e coletivo, criando simultaneamente uma quase exclusiva dependência do transporte rodoviário individual com todas as ineficiências energéticas e demais dificuldades daí resultantes. Assim, torna-se evidente a necessidade de desenvolver mecanismos facilitadores de uma maior articulação entre os principais centros urbanos do território no sentido de identificar complementaridades e sinergias possíveis e desencadear intervenções conjuntas que promovam a identidade e a imagem da Região como um todo coerente e suscetível de exercer um efeito de atratividade acrescida para pessoas e empresas.

Neste contexto, não deixará de ser importante repensar o papel das TIC (banda larga, acesso facilitado à internet, videoconferência, teletrabalho, etc.) na estruturação de um novo modelo de organização da comunicação entre empresas, instituições e cidadãos em espaços territoriais de baixa densidade em que o fator distância poderá ser por esta via bastante atenuado. A este nível, importa promover um ou mais projetos-piloto com focos muito bem definidos e em que seja mesmo imperativo a avaliação dos seus resultados e, posteriormente, a sua transposição para o ambiente real, exigindo-se para o efeito uma rigorosa seleção de parceiros competentes e responsáveis para o efeito pretendido.

A Avaliação Intercalar do INALENTEJO salienta a necessidade de (re)equacionar as condições de operacionalização dos instrumentos da Política de Cidades, aproximando-os da sua vocação de partida (cooperação/ trabalho em rede, integração de intervenções e de recursos) e explorando intervenções que combinem ações materiais e imateriais, nomeadamente:

- Lançar, organizar e implementar projectos e ações de parceria urbana envolvendo entidades privadas e associativas, procedendo à actualização da disponibilidade e das intenções/interesses das entidades-parceiras da Rede;
- Estruturar, ao nível municipal e intermunicipal, recursos (de financiamento e, sobretudo, técnico-orgânicos) de programação, organização e iniciativa, susceptíveis de dinamizar um conjunto vasto de actividades e tarefas especializadas que emergem das propostas existentes em matéria de Atracção de Residentes e de Investimento.

Também o reforço das funções urbanas e da capacidade institucional e material, que têm sido determinantes para a atratividade do território, deverá ser estimulado em apoio direto aos diversos atores do território, nomeadamente Entidades de Interface e estabelecimentos de Ensino Superior.

### **3.3.11. QUALIFICAÇÃO DE MOBILIDADE/ ACESSIBILIDADE REGIONAL**

A ampliação da área de influência da AML e o desenvolvimento das actividades logísticas e portuárias, a boa acessibilidade estruturante ao longo do Rio Tejo em corredores de

infraestruturas rodo e ferroviárias, em particular no arco que centraliza Azambuja, Cartaxo, Santarém, Almeirim, Salvaterra de Magos e Benavente, coloca uma ampla faixa do território regional no seio do Arco Metropolitano de Lisboa (PNPOT), o que conjugado com a conclusão de infra-estruturas de relevante importância regional e nacional, criará condições objectivas para uma nova posição do Alentejo no âmbito das relações económicas às escalas nacional, ibérica e europeia. Nelas se incluem a articulação com o Algarve através da navegabilidade do Guadiana entre Mértola e Castro Marim.

**Ao nível rodoviário**, é, no entanto, importante eliminar os estrangulamentos ainda existentes em algumas das infraestruturas de rede, nomeadamente nas articulações/ligações regionais de maior importância estratégica e no atravessamento de alguns centros urbanos. Além da qualificação da rede de mobilidade inter-regional, é fundamental uma solução adequada para a conclusão do IP2, do IC 27, do IC4, para a ligação entre Sines, Beja e Espanha (IP8) e IC33 (Sines/Évora) com ligação a Espanha e, no Alto Alentejo, a ligação de Portalegre ao Caia deverá complementar a conclusão do IC13. Também as hipóteses de conclusão do IC27 e do IC4 devem ser repensadas, numa análise actual da importância efectiva daquelas vias.

Em termos de **mobilidade**, as opções da Região assentam na promoção de **transportes sustentáveis**, fundamentados nos respectivos planos a desenvolver, que sirvam a população, nomeadamente a rural, com a implementação de sistemas regionais intermunicipais de transportes, assentes em distintos intermodos (p.e., táxis municipais, transportes por marcação online, utilização de voluntariado na gestão e implementação de redes de transportes locais).

### **3.3.12. FORTALECER OS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE**

Sendo a dinâmica demográfica e o modelo de povoamento dominante no Alentejo factores essenciais a considerar na concepção dos instrumentos de política pública de base territorial, notamos que embora se registre uma dinâmica demográfica que tende a acentuar o peso dos aglomerados de maior dimensão, na maior parte dos casos correspondentes às sedes de concelho, um dos traços essenciais que persiste ao nível da estrutura de povoamento regional é o peso muito importante de uma rede de aglomerados de pequena dimensão, dispersa pelo território, e em que alguns deles revelaram dinâmicas populacionais positivas na última década.

Com o objectivo de conciliar a actividade económica com a sustentabilidade ambiental e o emprego, e dar condições aos pequenos centros para que se possam afirmar como pólos de dinamização socioeconómica, as futuras políticas públicas com incidência na “valorização socioeconómica do espaço rural” devem assentar, preferencialmente, em 3 dimensões:

- 1) Fixação das pessoas no território – sustentar a perda demográfica a partir da identidade regional e considerando que a dispersão populacional pode constituir um valor e activo do território num processo em mudança
- 2) Actividades económicas – aproveitamento do espaço rural para actividades sustentáveis, diversificadas e mais especializadas; qualificação do espaço rural e preservação da qualidade das aldeias marcantes na identidade cultural da Região
- 3) Emprego – de acordo com as diferentes ocupações do território e atraindo mais qualificação e iniciativa com competências para o meio rural.

### 3.3.13. VALORIZAÇÃO DAS REDES DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL

A integração da Região em iniciativas, redes, programas e projetos de cooperação territorial de base técnica, constitui uma aposta estratégica, na óptica da qualificação das intervenções dos atores do território em domínios em que se afigura necessário o intercâmbio de conhecimento e de soluções para responder a constrangimentos estruturais dos territórios. Do passado, existem experiências interessantes de cooperação regional e transfronteiriça abrangendo o Algarve, o Centro, a Extremadura e a Andaluzia. A sua continuidade poderá ser reforçada com o desempenho das Comunidades de Trabalho, relevante na articulação de projetos e ações conjuntas em diversos domínios setoriais.

Entre os domínios de cooperação a aprofundar com estas (e outras) regiões, deverão ser equacionados os seguintes: (i) Mitigação dos efeitos das alterações climáticas, nomeadamente no domínio da gestão dos recursos hídricos; (ii) Desenvolvimento de projetos inovadores em domínios de atividade emergentes (economia da cultura, multifuncionalidade das áreas de montado, culturas resilientes à seca, ...); e (iii) (Re)qualificação das Áreas de Localização Empresarial, na ótica da atração de Investimento Direto Estrangeiro.

### 3.4. VISÃO DE SÍNTESE

A sistematização de um conjunto de **constrangimentos** estruturais ao nível demográfico, da qualificação dos recursos humanos, da qualidade do tecido empresarial e do emprego, da mobilidade e conectividade territorial e da dotação das TIC, contribui para enquadrar um conjunto de necessidades de intervenção que ventilam, em simultâneo, oportunidades de desenvolvimento e de atuação para as políticas públicas regionais.

Os elementos estruturantes da **Visão** Estratégica de Desenvolvimento para o Alentejo (*Atractividade económica, Identidade cultural e patrimonial e Responsabilidade social e ambiental*) fundamentam um conjunto de **opções**, consubstanciadas num pacto territorial para a qualificação e o emprego, na promoção da iniciativa empresarial, na competitividade dos complexos agro alimentar e florestal de actividades do turismo e do lazer, em actividades emergentes e em consolidação, na estruturação do SRTT, na economia do mar, na logística regional, na importância estratégica do 3º setor, na qualificação do sistema urbano e da mobilidade/acessibilidade regional, no fortalecimento dos territórios de baixa densidade e na valorização das redes de cooperação territorial.

O presente Documento constitui, assim, uma **base de trabalho** para o aprofundamento de um quadro de intervenção estratégica, crucial para o futuro desenvolvimento do Alentejo.

#### **4. Desenvolvimentos metodológicos para a elaboração do “Plano de Acção Regional - Alentejo 2020”**

A operacionalização dos objectivos enunciados na Introdução passa pela realização de um conjunto de acções, cuja identificação e conteúdos essenciais desde já se caracterizam e programam. Durante o processo serão solicitados contributos escritos detalhados aos parceiros regionais relevantes.

##### **4.1. Reunião do Conselho Regional**

Alargada aos membros do Conselho de Coordenação Intersectorial para parecer sobre os termos de referência para a elaboração do “Plano de Acção Regional – Alentejo 2020 – 31 de Janeiro.

##### **4.2. Conferência regional de lançamento do “Plano de Acção Regional - Alentejo 2020”**

Evento regional, com a presença do Sr. Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional, de responsável da Comissão Europeia e do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, a realizar em Évora, durante o mês de Fevereiro.

##### **4.3. Workshops temáticos**

Como forma de aprofundar a reflexão sobre as diferentes temáticas que devem integrar o Plano de Acção Regional serão realizados, de forma territorialmente desconcentrada, os seguintes workshops:

- Conhecimento, Tecnologia e Inovação
- Actividades Económicas e Cadeias de Valor Estratégico
- Sistema Urbano e Povoamento
- Acessibilidades e Conectividade
- Energia e Ambiente
- Territórios de Baixa Densidade
- Qualificações, Empregabilidade e Empreendedorismo
- Coesão Social e Inclusão

Estas acções desenvolver-se-ão durante os meses de Fevereiro e Março

##### **4.4. Proposta de “Plano de Acção Regional – Alentejo 2020”**

A elaborar em Março/Abril pela CCDR e resultante das acções desenvolvidas e dos conteúdos e contributos detalhados das Autarquias Locais, das Comunidades Intermunicipais, de outros actores regionais, dos serviços desconcentrados da administração central e dos cidadãos.

##### **4.5. Workshops específicos sobre os requisitos regulamentares do novo ciclo de programação**

Iniciativas que visam divulgar junto dos potenciais beneficiários os aspectos regulamentares mais relevantes para uma boa absorção dos fundos comunitários e para a sua execução - Abril

#### **4.6. Consulta pública da proposta de “Plano de Acção Regional – Alentejo 2020”**

Este processo visa assegurar a participação dos actores regionais e dos cidadãos na consolidação do documento final.

##### **4.6.1. Seminário regional**

Apresentação da proposta de Plano de Acção Regional e início do processo de consulta pública, a decorrer durante 30 dias – Abril

##### **4.6.2. Acções complementares**

Sessões temáticas e territoriais de divulgação do documento, dirigidas aos parceiros e actores regionais e disponibilização do documento no site da CCDR para recolha de contributos – Abril/Maio.

#### **4.7. Apresentação do “Plano de Acção Regional – Alentejo 2020”**

Acto público de apresentação do documento final – Maio

**ANEXOS**
**Quadro 1 - Alentejo - Indicadores Socioeconómicos**

Indicador	Unidade	2007	2010	Taxa de Variação (%)
VAB das empresas	10 <sup>6</sup> €	3 507	3 808	8,6
Exportações	Mil €	2 354 077	2 164 904	-8
Importações	Mil €	2 159 999	2 000 207	-7
População empregada	Nº	342,8	327,1	-4,6
População residente	Nº	776.585 (a)	757.190 (d)	-2,5
Taxa de Actividade	%	49,1	49,2	0,2
Taxa de Desemprego	%	8,4	11,4	35,7
Desempregados	Nº	31.300	42.200	34,8
Alunos matriculados no Ensino Secundário	Nº	22.697	31.736	39,8
Diplomados no ensino superior	Nº	4 117	2 899	-29,6
Despesas Municipais em actividades culturais e de desporto	Mil €	111 693	91.059	- 18,5
Médicos	Nº	1 496	1 587	6,1
População empregada no sector Primário	Nº	45.200	42.300 (c)	-6,4
População empregada no sector secundário	Nº	80.600	71.600 (c)	-11,2
População empregada no sector Terciário	Nº	193.900	186.800 (c)	-3,6
População activa Total	Nº	216.900	369.300	70,3
População activa (ensino secundário)	%	15,3	18,2	19,0
População activa (ensino superior)	%	12,1	14,4	19,0
Pensionistas da Segurança Social	Nº	272.676	273.413	0,3
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	Nº	33.667	37.261	10,7

(a) 2001; (b) 2006; (c) 2009; (d) 2011

**Quadro 2 - Indicadores Socioeconómicos - Economia**

Indicador	Unidade	NUT	2007	2010	Taxa de Variação (%)
VAB das empresas	10 <sup>6</sup> €	Portugal	77 964	88 245	13,2
		Alentejo	3 507	3 808	8,6
		Alentejo Litoral	438	569	30,1
		Alto Alentejo	414	469	13,3
		Alentejo Central	650	731	12,5
		Baixo Alentejo	626	698	11,6
		Lezíria do Tejo	1 379	1 340	-2,8
Índice Sintético de Desenvolvimento Regional	Índice	Portugal	100	100	
		Alentejo	97,36	96,37 (c)	-1,0
		Alentejo Litoral	95,78	92,02 (c)	-3,9
		Alto Alentejo	99,33	98,40 (c)	-0,9
		Alentejo Central	97,93	98,41 (c)	0,5
		Baixo Alentejo	97,71	96,25 (c)	-1,5
PIB per capita	Mil €	Portugal	15,4	15,8	2,6
		Alentejo	14,7	14,3	-2,7
		Alentejo Litoral	23,7	19,4	-18,1
		Alto Alentejo	12,8	13,0	1,6
		Alentejo Central	12,9	13,1	1,6
		Baixo Alentejo	14,2	14,9	4,9
Lezíria do Tejo	13,6	13,5	-0,7		

(a) 2001; (b) 2006; (c) 2009; (d) 2011

**Quadro 3 - Indicadores Socioeconómicos - População**

Indicador	Unidade	NUT	2001	2011	Taxa de Variação (%)
População residente	Nº	Portugal	10 356 117	10 555 853	2,0
		Alentejo	776.585	757.190	-2,5
		Alentejo Litoral	99 976	97 925	-2,1
		Alto Alentejo	127 026	118 410	-6,8
		Alentejo Central	173 646	166 822	-3,9
		Baixo Alentejo	135 105	126 692	-6,2
		Lezíria do Tejo	240 832	247 453	2,7
Taxa de Escolarização no Ensino Superior	%	Portugal	29,7	31,5	6,2
		Alentejo	19,2	21,3	10,9
		Alentejo Litoral	0,5	0,4	-23,2
		Alto Alentejo	22,4	23,6	5,5
		Alentejo Central	33,3	38	14,2
		Baixo Alentejo	20,1	21,3	6,1
		Lezíria do Tejo	15,0	16,9	12,9
Índice de Envelhecimento	Índice	Portugal	102,2	127,84	25,1
		Alentejo	162,7	178	9,4
		Alentejo Litoral	165	188,9	14,5
		Alto Alentejo	195,8	215,4	10,0
		Alentejo Central	160,5	183,7	14,5
		Baixo Alentejo	175,9	188,8	7,3
		Lezíria do Tejo	139,8	150,4	7,6

**Quadro 4 - Indicadores Socioeconómicos – Acção Social**

Indicador	Unidade	NUT	2007	2010	Taxa de Variação (%)
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	Mil €	Portugal	380 999	527 167	38,4
		Alentejo	33 667	37 261	10,7
		Alentejo Litoral	3 327	3 728	12,1
		Alto Alentejo	7 322	8 350	14,0
		Alentejo Central	7 468	7 999	7,1
		Baixo Alentejo	8 488	8 790	3,6
		Lezíria do Tejo	7 062	8 394	18,9
Pensionistas da Segurança Social	Nº	Portugal	2 832 875	2 936 130	3,6
		Alentejo	272 676	273 413	0,3
		Alentejo Litoral	34 409	34 368	-0,1
		Alto Alentejo	49 135	48 355	-1,6
		Alentejo Central	60 473	60 827	0,6
		Baixo Alentejo	50 048	48 931	-2,2
		Lezíria do Tejo	78 611	80 932	3,0

**Quadro 5 - Empresas, 2010**

Indicador	Unidade	Portugal	Alentejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
Densidade	Nº/Km <sup>2</sup>	12.4	2.6	2.2	1.8	2.7	1.6	5.8
Volume de negócios por empresa	Mil €	311.5	185.5	214.8	155.7	140.2	139.5	246.7
Proporção de empresas individuais	%	68.51	73.00	76.96	73.85	73.20	76.72	68.56
Proporção empresas com < 10 pessoas ao serviço	%	95.8	96.9	97.0	97.2	97.1	97.9	96.1
Taxa de natalidade	%	11.94	11.03	11.70	10.95	10.92	9.89	11.49
Taxa de natalidade nas indústrias transformadoras	%	6.15	5.19	7.82	6.18	4.88	3.79	4.83
Taxa de natalidade na construção	%	8.18	8.53	9.19	8.76	10.33	6.12	7.95
Taxa de natalidade nos serviços	%	13.18	12.75	12.74	12.55	12.39	12.37	13.31
Taxa de sobrevivência a dois anos	%	48.59	50.39	47.06	50.29	51.34	52.08	50.45
Pessoal ao serviço por empresa	Nº	3.4	2.5	2.5	2.4	2.4	2.2	2.9
Proporção do VAB em sectores de alta e média-alta tecnologia	%	10.65	5.81	8.61	1.14	12.45	1.23	5.01
Proporção dos nascimentos em sectores de alta e média-alta tecnologia	%	1.78	1.01	0.89	0.79	1.08	0.51	1.36

Fonte: INE

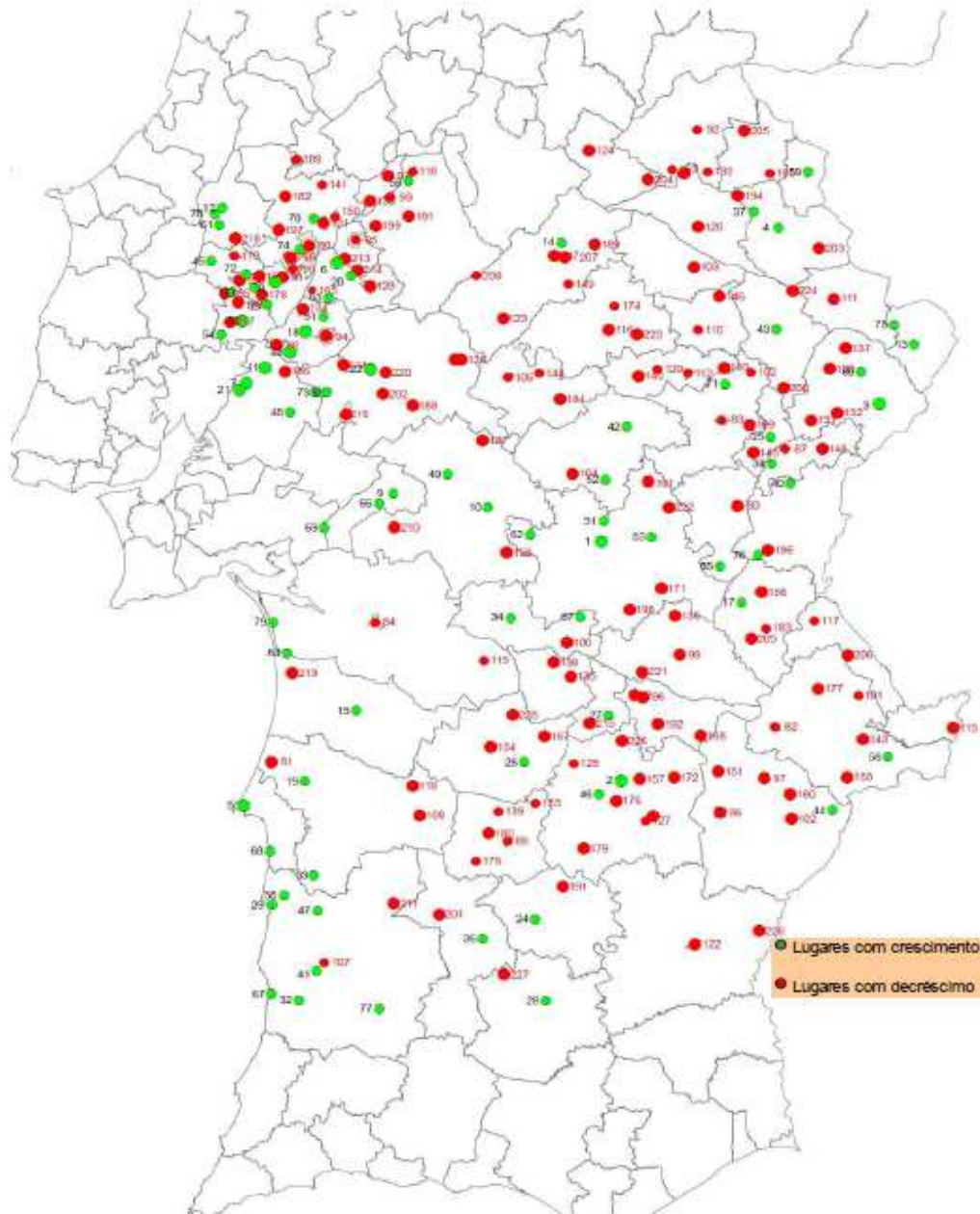
**Quadro 6 - Comércio Internacional, 2011**

Indicador	Unidade	Portugal	Alentejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
Taxa de cobertura das importações pelas exportações	%	72	117	154	92	162	535	59
Proporção das exportações para os 4 principais mercados no total das exportações	%	56	54	70	83	45	77	63
Proporção das exportações intracomunitárias (UE 27) no total das exportações	%	74	78	78	94	64	85	78
Proporção das exportações para Espanha no total das exportações	%	25	56	29	38	8	26	32
Proporção das importações dos 4 principais mercados no total das importações	%	57	68	80	62	72	84	76
Proporção das importações intracomunitárias (UE 27) no total das importações	%	74	78	57	79	82	94	86
Proporção das importações provenientes de Espanha no total das importações	%	32	36	38	40	28	74	32
Proporção das exportações de bens de alta tecnologia na total das exportações	%	3.05	2.83	0	5.61	14.59	0.06	.38
Intensidade exportadora	%	22	21	37	10	17	22	17
Grau de abertura	%	56	41	59	26	28	27	54

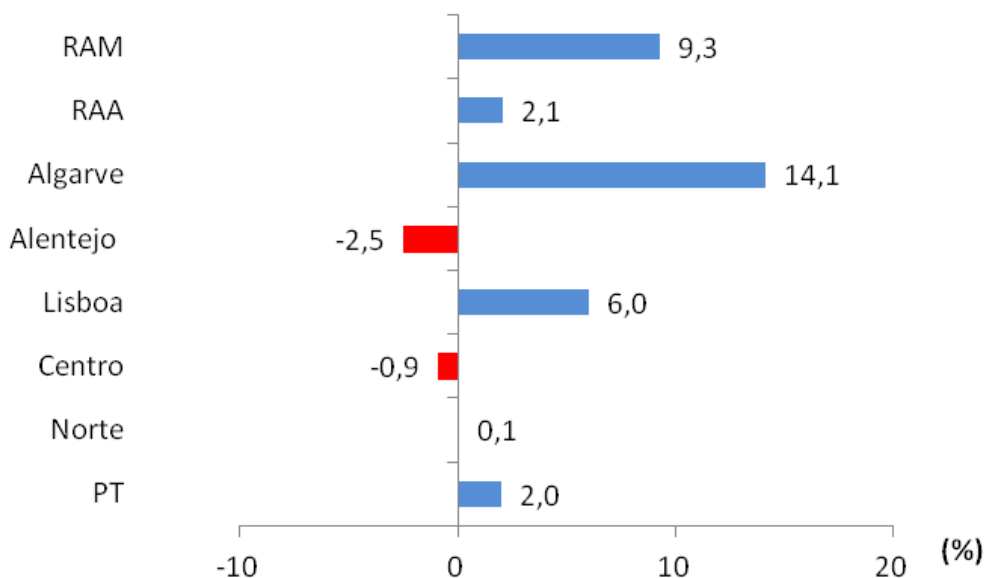
Fonte: INE



**Mapa 1 – Alentejo**  
**Lugares com mais de 500 habitantes, Variação populacional entre 2001 e 2011**

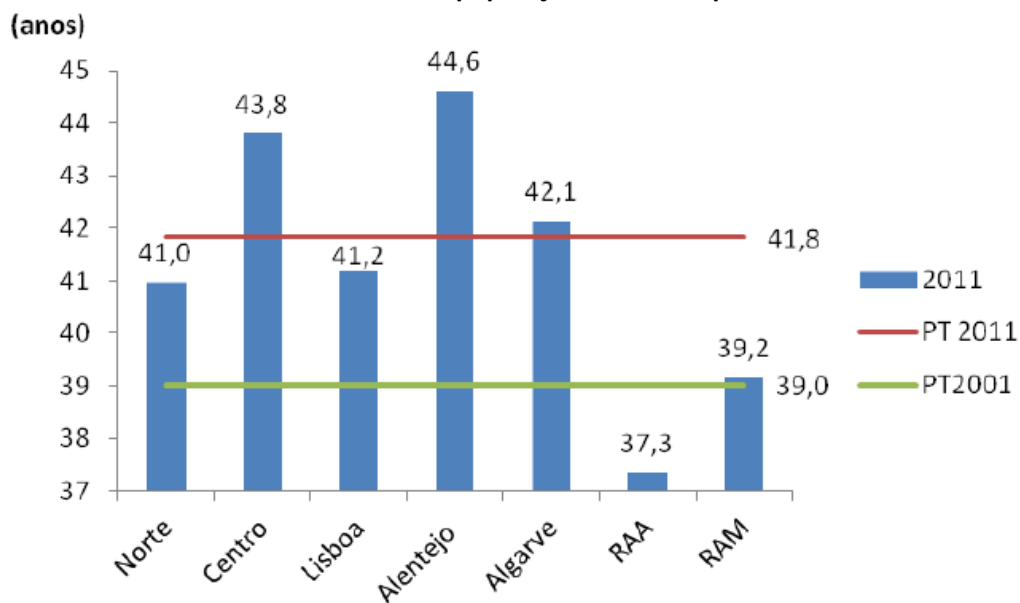


**Gráfico 1 - Variação da população residente, por NUT II, entre 2001 e 2011**



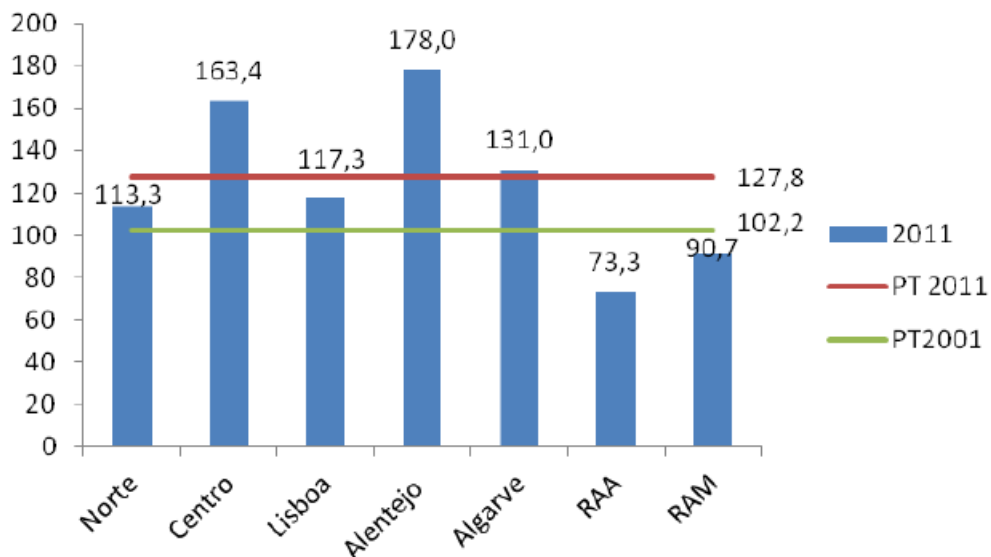
Fonte: INE

**Gráfico 2 - Idade média da população residente, por NUT II, 2001 e 2011**



Fonte: INE

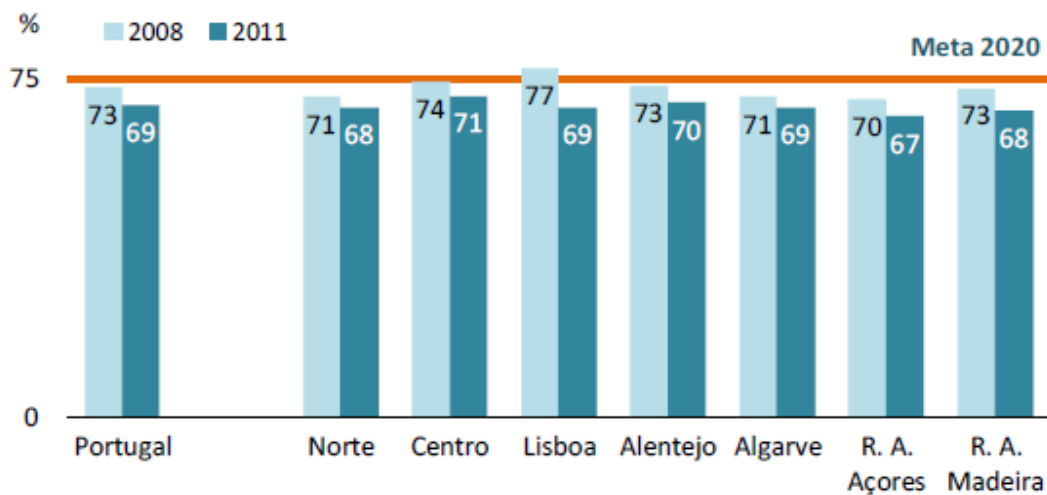
**Gráfico 3 - Índice de envelhecimento, por NUT II, 2001 e 2011**



Fonte: INE

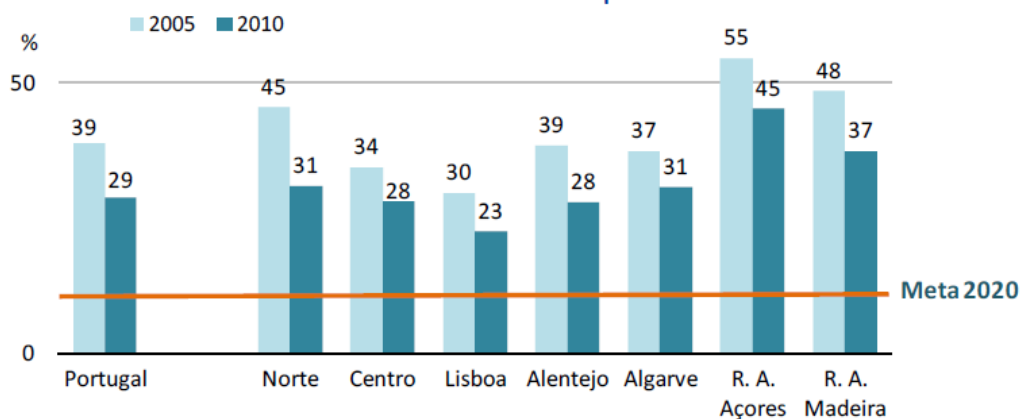
**Gráfico 4**

**Taxa de emprego total das pessoas com 20-64 anos, por NUT II, 2008 e 2011**



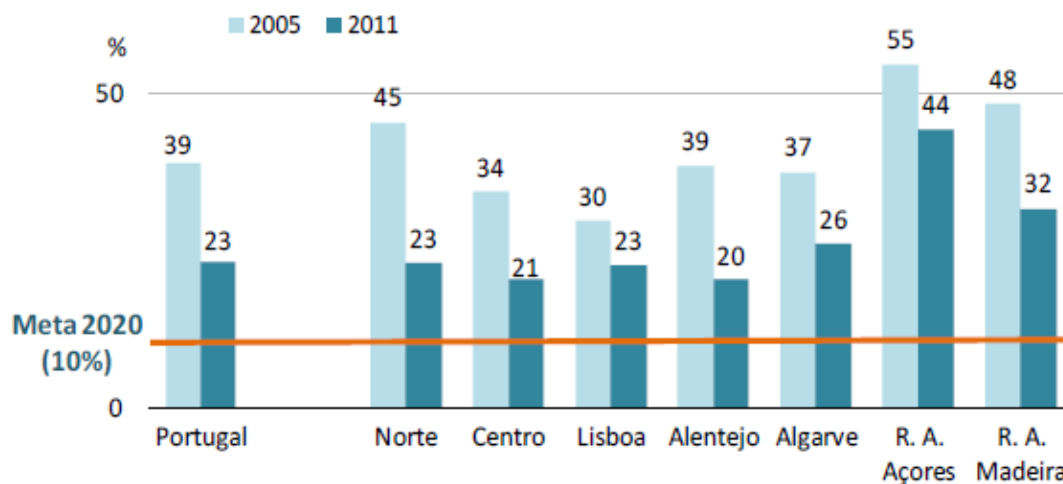
Fonte: Observatório do QREN

**Gráfico 5**  
Taxa de abandono escolar precoce



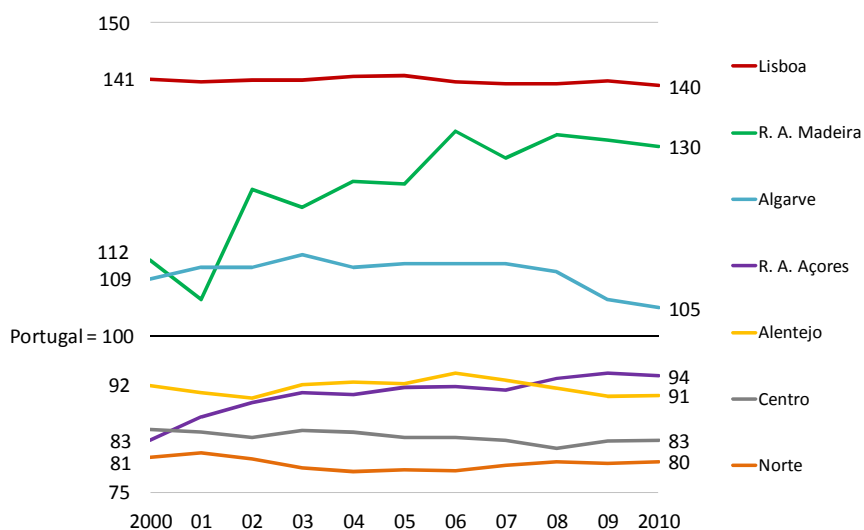
Fonte: Observatório do QREN

**Gráfico 6**  
Taxa de abandono precoce de educação e formação, por NUT II, 2005 e 2011



Fonte: Observatório do QREN

**Gráfico 7 - PIB per capita, por NUT II, 2000-2010**



Fonte: Observatório do QREN

**Quadro 7**  
**Famílias com acesso a computador, ligação à Internet e ligação através de banda larga em casa**

Ano: 2012	Computador	Internet	Banda larga
<b>Portugal</b>	<b>66,1</b>	<b>61,0</b>	<b>59,7</b>
Continente	66,1	61,0	59,7
Norte	64,6	58,0	55,7
Centro	61,1	55,2	54,2
Lisboa	74,8	71,9	71,5
Alentejo	54,6	48,8	47,2
Algarve	64,4	60,7	59,9
R. A. dos Açores	67,3	64,1	63,5
R. A. da Madeira	64,2	60,5	60,0

Fonte: INE

**Mapa 2 - Alentejo**  
**Sistemas Mediterrânicos com Elevada Sustentabilidade Económica e Ambiental**

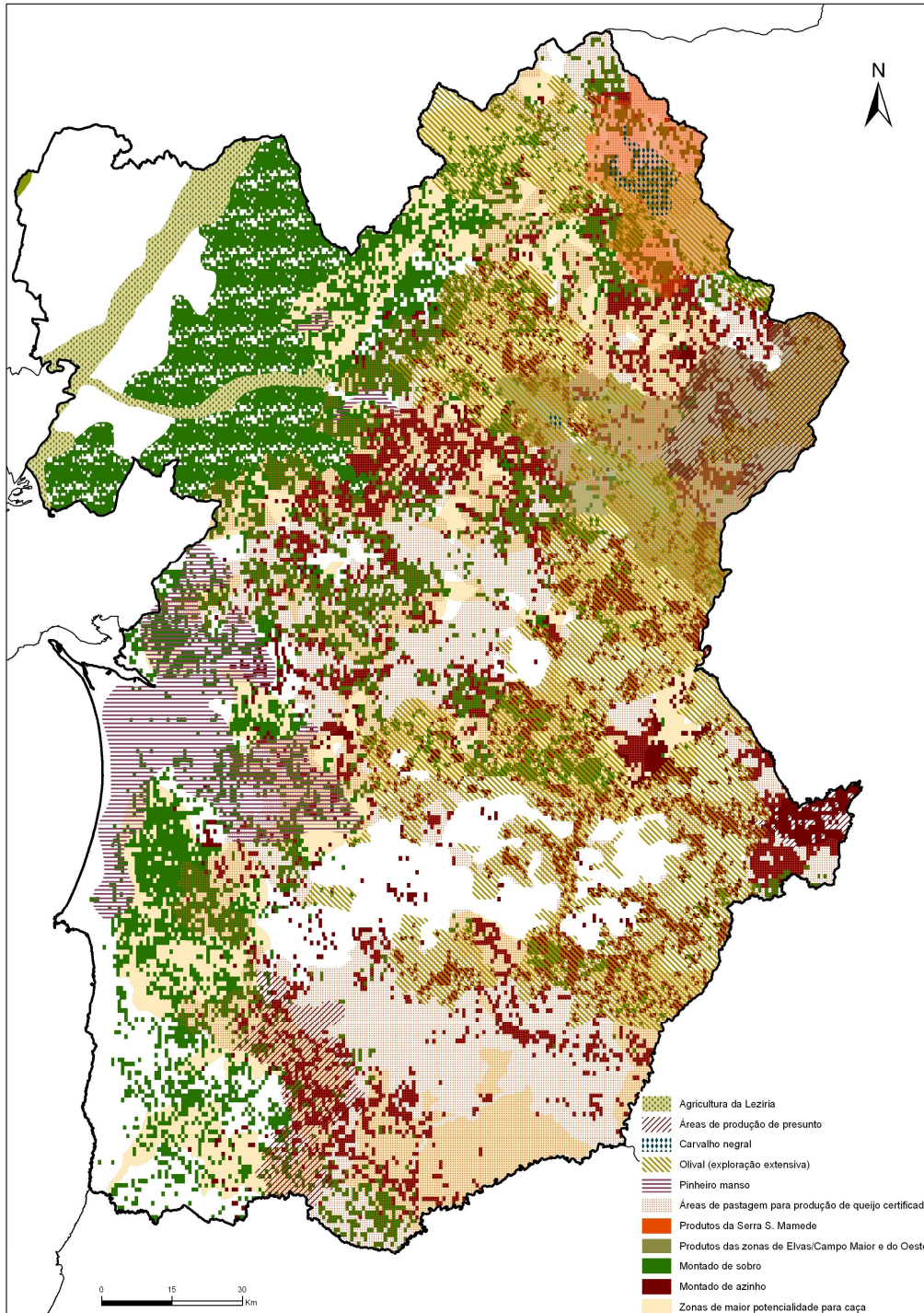
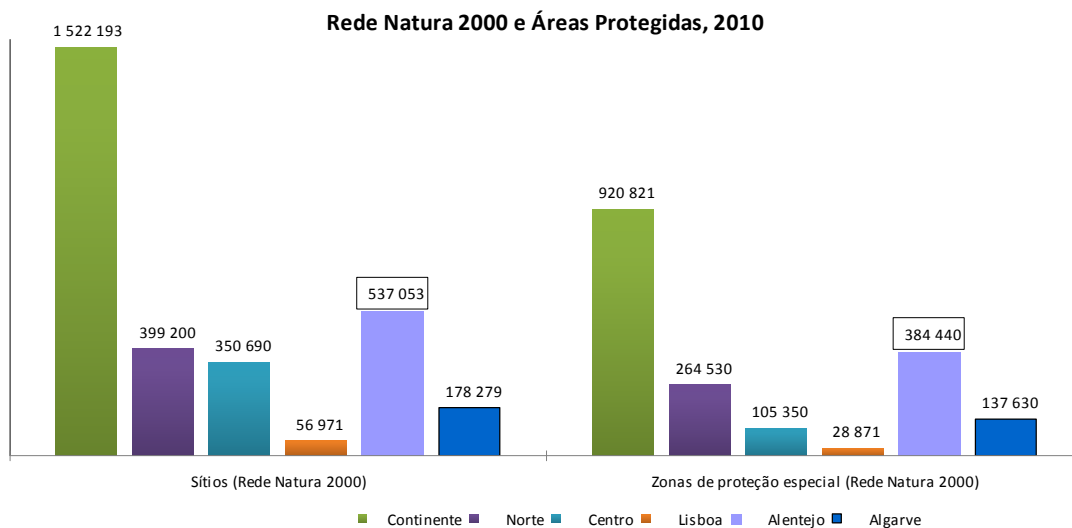


Gráfico 8



Fonte: INE